



UNICAMP

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

Instituto de Economia

Marcos Vinicius Pereira Bigliuzzi

Política Econômica, Mercado de Trabalho e Redução das Desigualdades - 2003/2010

Campinas

2012

Marcos Vinicius Pereira Bigliuzzi

Política Econômica, Mercado de Trabalho e Redução das Desigualdades - 2003/2010

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Graduação do Instituto de Economia da
Universidade Estadual de Campinas para
obtenção do título de Bacharel em Ciências
Econômicas, sob orientação do Prof. Dr. Eduardo
Fagnani.

Campinas

2012

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, ao meu irmão e aos meus avós pelo apoio durante toda a minha vida.

À Yasmin, que me acompanha desde o primeiro dia na universidade.

Ao professor Eduardo Fagnani pela orientação neste trabalho e ao professor José Dari Krein pela participação na banca examinadora.

Aos meus amigos pelo apoio dado em todos esses anos.

Campinas

2012

BIGLIAZZI, Marcos. **Política Econômica, Mercado de Trabalho e Redução das Desigualdades – 2003/2010**. 2012. 49p. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Instituto de Economia. Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2012.

RESUMO

Ao final do governo do presidente Luis Inácio “Lula” da Silva apresenta-se no país um contexto de otimismo em comparação aos resultados que o precederam. Este trabalho pretende analisar essas conquistas, principalmente as concentradas no âmbito do mercado de trabalho, tendo em vista a volta do crescimento econômico no panorama brasileiro, além das próprias políticas aplicadas pelo governo (apresentando duas fases de atuação claramente distintas).

Estes aspectos contribuíram para uma evolução positiva de indicadores do mercado de trabalho no Brasil e também para resultados positivos na diminuição das desigualdades, trazendo novos elementos para o debate sobre as estratégias de desenvolvimento mais coerentes para a realidade brasileira.

ABSTRACT

By the End of President Luis Inácio "Lula" da Silva's government, there was an optimism context in comparison with the results that preceded his term. This paper intends to analyze these accomplishments, especially those related to the labor market, in view of the economic growth in the current brazilian scenario, and moreover the public policies aplied by his government (presenting two clearly distinct phases of action).

These aspects contributed decisively for a positive evolution of the labor market's indicators and also to a positive decrease in inequality, bringing new elements to the debate on development strategies, that are more consistent with the brazilian reality.

PALAVRAS-CHAVE: Mercado de Trabalho, Crescimento Econômico, Governo Lula, Políticas Públicas, Ensaio Desenvolvimentista, Formalização, Salário Mínimo, Distribuição de Renda, Desigualdades.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Indicadores gerais sobre o Mercado de Trabalho no Brasil e Regiões Metropolitanas (2001-2010)	pg. 21
Tabela 2. Criação e estoque de empregos formais no Brasil (2000-2010)	pg. 24
Tabela 3. Distribuição percentual do estoque de emprego formal entre as Grandes Regiões do Brasil (2000-2009)	pg. 25
Tabela 4. População Ocupada nas Regiões Metropolitanas por tipo de ocupação (2002-2012) - em mil	pg. 26
Tabela 5. Porcentagem da População Subocupada de 2002 a 2012 - Mês de referência: Setembro	pg. 27
Tabela 6. Evolução da renda do trabalho no Brasil (2001-2009)	pg. 28
Tabela 7. Recuperação do Poder de Compra do Salário Mínimo (2000-2010)	pg. 30
Tabela 8. Coeficiente de Gini para o rendimento do trabalho principal (2001-2011)	pg. 32
Tabela 9. Pobreza no Brasil em % da População Total (2001-2009)	pg. 38

LISTA DE GRÁFICOS

- Gráfico 1.** Taxa de Desemprego Aberto em Regiões Metropolitanas - % pg.22
- Gráfico 2.** Estoque de Empregos Formais no Brasil - em milhões pg. 24
- Gráfico 3.** Evolução da Renda Domiciliar Per Capita no Brasil pg. 29
- Gráfico 4.** Evolução do Salário Mínimo Real (R\$) pg. 31
- Gráfico 5.** Participação das Diversas Classes na Renda Domiciliar do Trabalho no Brasil .pg. 39

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	pg. 1
CAPÍTULO 1 – POLÍTICA ECONÔMICA DURANTE O GOVERNO LULA (2003-2010)	pg. 3
CAPÍTULO 2 – EVOLUÇÃO DO MERCADO DE TRABALHO NO BRASIL DURANTE O GOVERNO LULA (2003-2010).....	pg. 14
2.1. Estruturação do mercado de trabalho no Brasil e suas últimas evoluções durante o Governo Lula	pg. 14
2.2. Evolução dos principais indicadores referentes ao mercado de trabalho no Brasil durante a década de 2000	pg. 20
CAPÍTULO 3 – POLÍTICAS PÚBLICAS, REGULAÇÃO E O PAPEL DAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS NO MERCADO DE TRABALHO E NA REDUÇÃO DA DESIGUALDADE	pg. 34
CONCLUSÃO.....	pg. 43
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	pg. 48

INTRODUÇÃO

O início do Governo Lula significou para muitos brasileiros a oportunidade de que o modo de condução das políticas econômicas e sociais no Brasil fosse mudado radicalmente. Esta 'esperança de mudança' depositada no presidente Luís Inácio "Lula" da Silva deu-se pois durante praticamente toda a década de 1990 presenciamos no país a evolução das chamadas medidas de cunho neoliberal, iniciadas com o presidente Collor em 1990 e depois desenvolvidas com muito mais efetividade pelo presidente Fernando Henrique Cardoso entre 1994 e 2002.

O que víamos no país nesse momento de evolução das políticas neoliberais era a consolidação de uma política econômica ortodoxa e, é claro, de uma postura extremamente conservadora no âmbito da política social. Os debates do governo em torno deste tema baseavam-se na ideia de um Estado Mínimo, ou um Estado que gerasse políticas sociais em sua maioria focalizadas e que serviriam apenas a uma parte da população em situação de extrema miséria. Neste período as baixas taxas médias anuais de crescimento econômico, somadas aos impactos das abruptas alterações estruturais decorrentes, provocaram uma forte deterioração em diversos aspectos do mercado de trabalho brasileiro.

A eleição do presidente Luís Inácio "Lula" da Silva no final de 2002 deu esperanças a muitos dos que viam na mudança de postura em relação à política econômica e política social do Brasil, a saída para a retomada do desenvolvimento do país. O que se viu, porém, inicialmente, não foi uma mudança radical como muitos esperavam. Há um primeiro momento neste governo onde permanecem nas ações do Estado ideias econômicas ainda ortodoxas e em consonância com o movimento anterior da década de 1990. O controle inflacionário por meio de taxas de juros elevadas, superávit primário e restrição ao gasto público ainda eram as práticas tomadas pelo governo. Assim, o ambiente econômico recessivo continuou fazendo parte da realidade brasileira, a situação do mercado de trabalho também continuou deteriorada (com uma grande taxa de desemprego aberta) e o gasto social ainda mais deixado de lado.

Em seu segundo mandato, entretanto, apresenta-se uma fase totalmente distinta da apresentada em seus primeiros anos de governo, e inicia-se um período onde se combinam fortemente o crescimento econômico (iniciado a partir do aumento do desempenho exportador) com a redução das desigualdades sociais (a partir de políticas econômicas e sociais de caráter

mais desenvolvimentista). Há nesse período, como caracteriza BARBOSA, 2010, a retomada do papel do Estado no estímulo ao desenvolvimento e ao planejamento de longo prazo, acabando por resultar em um crescimento mais acelerado do PIB, uma redução das desigualdades, e um aumento da participação popular na economia formal e também no mercado de consumo de massa.

Este trabalho pretende contribuir ao debate em que se analisam os fatos e condições que possibilitaram, mais ou menos na metade dos anos de Governo Lula, uma mudança significativa na conformação das políticas econômica e social, ou podemos dizer também, uma verdadeira inflexão no enfrentamento de importantes questões da realidade brasileira.

Além disso, pretende-se ilustrar a evolução positiva do mercado de trabalho, uma marca característica da década de 2000 no país. Diversas tendências serão analisadas e ilustradas a partir de dados de pesquisas como a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios e a Pesquisa Mensal de Emprego, ambas realizadas pelo IBGE. Além disso, caracterizaremos esta evolução a partir de algumas referências captadas em diversos documentos que empenharam seus esforços na interpretação dos dados do mercado de trabalho brasileiro durante a primeira década do século XXI.

Juntamente a esta análise, pretende-se contribuir também para a investigação das medidas e da conjuntura econômica que possibilitaram a este governo garantir esta evolução extremamente positiva do mercado de trabalho, esta diminuição das desigualdades e esta melhora consistente na distribuição de renda, levando em consideração os dois momentos distintos no exercício do governo Lula e suas consequências sobre estes aspectos importantes da realidade brasileira.

CAPÍTULO 1 – POLÍTICA ECONÔMICA DURANTE O GOVERNO LULA (2003-2010)

Para que a análise sobre a situação do Mercado de Trabalho durante o Governo Lula seja feita de forma completa, devemos ter primeiramente uma ideia bem delineada de como se deu a Política Econômica durante estes dois mandatos que englobaram os anos de 2003 a 2010.

Esta visualização da Política Econômica estruturada nos dois governos Lula deve ser pautada principalmente pela consideração da tensão entre a visão neoliberal e a visão desenvolvimentista de condução da economia. Esta tensão está presente desde o fim da ditadura militar e o ressurgimento da democracia.

Com a promulgação da Constituição de 1988 tentou-se estruturar, através da participação de diversos setores da população brasileira, um Estado mais presente em todos os âmbitos, tanto social, político e econômico da sociedade. O que vimos porém na década de 1990 foi a instituição tardia do neoliberalismo no Brasil (em outros países da América Latina esta instituição deu-se quase que completamente na década de 1980), desestruturando o que havia se desenhado na “Constituição Cidadã” de 1988.

Segundo BARBOSA (2010) a visão neoliberal acredita que o crescimento da economia independe de fatores de curto prazo. Para estes a aceleração do crescimento deve ser buscada principalmente por intermédio de reformas estruturais pró-mercado, ou seja, reformas nas leis e nas instituições da sociedade diminuindo a interferência do governo em decisões privadas. Já os adeptos da visão desenvolvimentista, segundo este mesmo autor, acreditavam que o Brasil possuía um potencial de crescimento maior do que o estimado, esse potencial de crescimento derivava-se dos ganhos de produtividade ainda não aproveitados, que tornar-se-iam possíveis com uma aceleração do crescimento.

Porém, antes mesmo da consideração da tensão entre estas duas visões opostas sobre o encaminhamento das políticas econômicas, é necessário considerarmos primeiramente a situação do país no momento da eleição do Presidente Luís Inácio “Lula” da Silva, ou seja, qual era a situação econômica e o contexto político no começo dos anos 2000.

Em 2002, durante as campanhas presidenciais, o Brasil foi palco de um forte ataque especulativo que se deu com redução nas linhas de financiamento externo para o país, além de

aumento no prêmio de risco exigido pelos credores para adquirir títulos brasileiros, e também de uma forte depreciação do real. Esse ataque especulativo fez com que o risco país aumentasse vertiginosamente, a taxa de câmbio se desvalorizasse muito e a entrada de capital externo no Brasil caísse bastante. Além disso, vemos que este ataque gerou uma aceleração muito grande da inflação e, como consequência direta disto, uma rápida deterioração das finanças públicas. Apesar de nesta época o país ser afetado pela recuperação das exportações, principalmente em função do vigoroso crescimento da economia mundial e da depreciação cambial (o que faz com que a vulnerabilidade externa do país diminuísse consideravelmente), ainda vemos nesta época uma situação extremamente delicada quanto a nossa economia.

Em 2003, portanto, no primeiro ano do governo Lula, a prática do governo se enquadrava no que foi chamado de “Ajuste Necessário”¹. O que encontramos é o estabelecimento de um ajuste macroeconômico estruturado com o objetivo, segundo o próprio governo, de que se retomasse o controle da situação monetária, fiscal e cambial brasileira.

No que tange ao lado monetário, o governo revisou para cima as metas de inflação, captando com isso a inflação gerada pelo ataque especulativo. O Sistema de Metas de Inflação no Brasil estabelece que a Autoridade Monetária deve perseguir um único objetivo, o controle da inflação, que deve permanecer dentro de um intervalo pré-definido em determinado ano (SERRANO, 2011).

Sobre o ambiente fiscal, percebeu-se um aumento da meta do resultado primário, o que sinalizava aos mercados e agentes financeiros o grau de comprometimento do governo com o equilíbrio fiscal. Para alguns, principalmente os eleitores que apostaram em uma mudança no projeto de desenvolvimento brasileiro, esse comprometimento do governo com uma política macroeconômica ‘restritiva’, principalmente neste aspecto de aumento de meta do resultado primário, foi uma espécie de retrocesso na forma de governo e no projeto político e econômico preconizado pelo Partido dos Trabalhadores no momento da eleição. O que se viu entretanto é que o cenário econômico negativo herdado pelo governo era ainda mais amplificado pela desconfiança de determinados agentes do mercado em relação ao Partido dos Trabalhadores e ao presidente de origem operária. Isto tornou compreensível, de certa forma, que por um momento inicial a área econômica tivesse de manter a ortodoxia para que o mercado se acalmasse, porém o que vimos foi a consolidação destas medidas até meados de 2005 (FAGNANI, 2011).

¹ BARBOSA (2010)

No campo externo vemos o mantimento de uma política de câmbio flutuante, em que não foi necessária uma política de combate à depreciação do Real, já que o próprio funcionamento da economia após as consequências trazidas pelo ataque especulativo anterior já serviria para que o câmbio se ajustasse.

Esta política macroeconômica extremamente restritiva fez com que houvesse uma desaceleração do crescimento econômico. Segundo CARNEIRO (2005) a combinação de metas de inflação, câmbio flutuante e ajuste fiscal, característica desde 1999 no Brasil, é insuficiente para promover a estabilidade macroeconômica. Para este autor o problema crucial é a interdependência entre política monetária e cambial (taxa de juros e taxa de câmbio), A restrição fiscal era perversa e tinha em seu interior o corte radical dos investimentos públicos, o que contribuiu bastante com esta desaceleração. Além disso, vemos um contexto interno muito ruim, onde percebemos queda no consumo das famílias e queda também nos investimentos privados.

É desta época também duas importantes reformas feitas pelo Governo Lula: Uma minirreforma tributária e uma reforma da previdência (FAGNANI, 2011). Os principais pontos desta minirreforma tributária são: A introdução de dois regimes de arrecadação do Programa de Integração Social (PIS) e da Cofins (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social), com incidência cumulativa ou não cumulativa de alíquotas tributárias diferenciadas. Houve também a extensão do PIS e da Cofins para as importações e também a prorrogação da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) até 2007. O principal efeito desta reforma tributária foi elevar a arrecadação do governo federal nos anos que se seguiram. Sobre a reforma previdenciária esta consistiu em três pontos: Na elevação do valor teto para contribuição ao Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), na introdução de idade mínima para todos os funcionários públicos federais (55 para mulheres e 60 para homens), e também na contribuição previdenciária de 11% sobre os servidores inativos, sendo esta incidente sobre a parcela do rendimento que excedesse o teto de contribuição para o INSS. O principal resultado dessa reforma previdenciária foi o de estabilizar o déficit do regime de previdência dos servidores públicos em relação ao PIB.

Em 2004 o crescimento da economia pôde voltar ao horizonte Brasileiro. Isso se deveu principalmente pela desaceleração da inflação, gerada pelo período de recessão anterior, e também pela apreciação cambial que, como dissemos, foi praticamente natural depois do desastre trazido com os ataques especulativos do ano de 2002 (BARBOSA, 2010). Além disso,

evidencia-se um aumento importante no resultado comercial do país já a partir de 2002, já que há um aumento do preço das commodities e um aumento das exportações pelo chamado Efeito-China.

Esta expansão do resultado exportador da economia brasileira trazida principalmente pela alta nos preços de commodities a partir do ano de 2002 é muito bem caracterizada no artigo de PRATES & MARÇAL (2008). Segundo estes autores a alta dos preços das commodities entre 2002 e 2006 foi bem abrangente (atingiu diversas modalidades de commodities, como as energéticas, metais não-preciosos e preciosos, grãos e óleos vegetais e etc) e contou com dois principais determinantes: As condições macroeconômicas daquele momento e também o chamado Efeito-China.

Destas condições macroeconômicas destaca-se fortemente a retomada do crescimento da economia global a partir de 2002 (este tem influência fundamental sobre o preço das commodities, geralmente apresentando tendência de alta em períodos de expansão, já que as matérias-primas agrícolas e os metais são insumos industriais importantes e tem oferta relativamente rígida no curto prazo). Outro destaque seria a evolução e os patamares de alguns preços-chave da economia mundial, como o preço do dólar e a taxa de juros básica nesta moeda. A desvalorização do dólar fez com que se estimulasse a demanda industrial por commodities para países europeus e também para o Japão, além de um aumento da demanda especulativa por esses bens devido às taxas de juros historicamente baixas nos países centrais que reduziam o custo de carregamento dos estoques de commodities, fomentando a formação de uma bolha especulativa no mercado futuro destes produtos.

Já o Efeito-China refere-se ao grande crescimento econômico deste país e tem sido apontado, como vimos, como um dos principais determinantes para a alta dos preços das commodities após 2002. Na China os setores intensivos em commodities metálicas e industriais (como o automotivo, metalúrgico e de construção civil) são extremamente dinâmicos e pressionam a demanda por esses bens. Ao mesmo tempo, o crescimento populacional fomenta a compra externa de alimentos e demais commodities agrícolas, o que também pressiona a demanda destes outros tipos de bens.

Ainda no artigo de PRATES & MARÇAL, 2008, caracteriza-se o período de 2003-2005 que, como já foi citado, as exportações apresentaram uma trajetória constante de crescimento (associada tanto a alta do preço das commodities como também ao aumento da demanda

externa). Viu-se neste período então que o movimento esperado entre taxa de câmbio real (modificada desde 1999) e o saldo comercial foi observado, mesmo com defasagens. Percebe-se que no triênio de 2003-2005 apresenta-se uma performance extremamente positiva das exportações. Ao mesmo tempo em que os Estados Unidos continuam sendo um importante mercado de destino das vendas externas do país, a China e demais países da região Ásia-Pacífico passam de uma participação de 5,1% em 1998 para cerca de 10,2% em 2006 nas vendas externas. A pauta exportadora brasileira se mostrou extremamente funcional dada às características da expansão econômica da China, e se beneficiou muito com este explosivo crescimento.

Neste período podem-se perceber timidamente algumas posições do governo que iriam se consolidar nos anos seguintes, principalmente a partir de 2006, como assuntos centrais no que tange a Política Econômica brasileira, são elas: A recuperação do Salário Mínimo, aumento da transferência de renda à população mais pobre, expansão do crédito e etc.

No âmbito monetário vemos nesta época que a inflação e os juros continuavam a cair, levando a economia a uma rápida recuperação. É exatamente esta rápida recuperação que leva o Banco Central em setembro deste ano a elevar novamente as taxas de juros, com medo de uma nova subida da inflação. No âmbito fiscal, percebemos que a aceleração do PIB e a reforma tributária conduzida pelo governo fizeram com que houvesse um ganho de receita para o setor público entre os anos de 2004 e 2005. Este ganho destinou-se principalmente para a redução da relação dívida e PIB e também para as políticas de transferência de renda (principalmente aquelas ligadas ao combate a pobreza extrema). No âmbito do crédito percebemos uma expansão tanto para pessoas físicas quanto para empresas. E na política externa visualizamos uma retomada gradual das linhas de financiamento externo no país, fazendo com que o país conseguisse aumentar suas reservas, ponto importantíssimo na redução de sua vulnerabilidade externa (BARBOSA, 2010).

Neste período entre 2003-2005 percebemos uma conformidade das ações do governo Lula com a visão neoliberal, característica dos anos 1990 e principalmente dos governos anteriores representados pelo presidente Fernando Henrique Cardoso (FAGNANI, 2011). Reflete-se neste período uma posição conservadora sobre o potencial de crescimento da economia. Quando há no final de 2005 uma desaceleração do crescimento que pôde ser visto nos dois últimos anos e um aumento na taxa real de juros, os neoliberais já começam a defender o seu prognóstico básico: Uma contração fiscal expansionista, aumentando o resultado primário, para por fim

cortar os juros e aumentar o investimento privado, além de um comportamento mais agressivo com fins de se reduzir a meta de inflação (BARBOSA, 2010).

Porém, neste momento no país, visualizamos uma espécie de esgotamento da visão neoliberal, e isso acontece principalmente porque as medidas em acordo com esta visão, muito utilizadas durante a década de 1990 e nestes anos iniciais do governo Lula, não contribuíram para uma aceleração suficiente do crescimento da economia e também não ajudaram a melhorar sustentadamente aspectos chave como emprego e renda.

Aliado a este esgotamento, presenciamos em 2006 mudanças importantes no corpo do governo petista e que trouxeram consequências importantes para as novas tomadas de decisões e para os novos direcionamentos que seriam dados para a política econômica e social do governo a partir deste momento. Nestas mudanças no governo destacam-se a inflexão positiva na Casa Civil, com a entrada de Dilma Rouseff, e também nos bancos públicos. Mas o grande destaque é a saída do Ministro da Fazenda Antonio Palocci que, em 2006, se viu em meio a um escândalo no governo quando foi acusado de montar com ex-acesores uma casa em Brasília utilizada para suposta prática de tráfico de influência entre 2003 e 2004. Em 2006, o caseiro da casa Francenildo dos Santos Costa, confirmou a presença do ministro em diversas reuniões na casa. Palocci depois ainda foi denunciado por uma suposta cafetina, Jeany Mary Corner, em que esta disse ter intermediado negócios e ter feito pagamentos, inclusive a outros políticos, a pedido do então Ministro da Fazenda (Notícias UOL, SAVARESE, 2011).

A queda do Ministro da Fazenda Antonio Palocci foi muito significativa para a queda da visão neoliberal na condução de política econômica e social por parte do governo. Isto porque Palocci era um dos representantes do governo que defendia abertamente a condução de aspectos sociais e econômicos a partir da focalização da participação do Estado nestas áreas. Um exemplo dessa defesa por parte de Palocci é um documento lançado no primeiro ano do governo Lula em que o Ministro defende explicitamente a prioridade aos programas de transferências diretas de renda em oposição as políticas universais preconizadas pela Constituição de 1988 (FAGNANI, 2011).

Além das próprias mudanças internas que estavam sendo vistas no governo, é no ano de 2006, ano da luta pela reeleição do presidente Lula, que também se coloca dentro do governo o problema que alguns autores denominam como o “fantasma da não reeleição”. Neste momento, o Partido dos Trabalhadores vê a reeleição do presidente Luís Inácio “Lula” da Silva em

situação extremamente problemática, já que a polarização encontrada na eleição de 2002 entre um novo projeto para o país (representada no governo petista) e entre a continuação do projeto trazido por Fernando Henrique Cardoso (governo do PSDB) não estava mais tão clara para os eleitores brasileiros. Isto porque o que se viu durante praticamente todo o primeiro governo Lula, de 2003 até meados de 2006, foi a continuação da estratégia política, econômica e social que já vinha sendo feita durante a década de 1990 e não uma mudança ou o surgimento de um novo projeto de desenvolvimento para o Brasil, como era esperado.

Aliado a isto, tem-se em meados de 2005 o estouro da crise do “mensalão”, onde o Partido dos Trabalhadores ficou conhecido por disponibilizar uma “mesada” para os deputados, para que estes votassem em favor de projetos de interesse do Poder Executivo brasileiro. Segundo o deputado Roberto Jefferson, um dos principais delatores deste crime político no país, o mentor deste esquema era o então Ministro da Casa Civil e um dos principais líderes do governo petista, José Dirceu.

Cresce então dentro do Partido dos Trabalhadores e dentro do próprio governo uma necessidade de se modificar a forma como a qual o executivo federal ficou marcado no primeiro mandato de Lula. É a partir desse momento que se observa no governo uma maior exaltação do sucesso dos programas de combate a pobreza, extremamente focalizados, que já vinham sendo colocados em prática pelo governo, juntamente com a emergência de um movimento de forças que já vinha sendo gerado no país e que se opunha fortemente às orientações iniciais da estratégia social do governo Lula. No período que vai de 2006 até 2010, assiste-se à consolidação do Programa Bolsa Família e demais ações focalizadas, agora também em conjunto com a consolidação das políticas universais que vão sendo retomadas e sendo colocadas novamente em marcha, desde a sua idealização em 1988 (FAGNANI, 2011).

A visão desenvolvimentista vai então ganhando força no governo Lula e surge combinando diversos argumentos, sem refletir única e exclusivamente a uma escola de pensamento homogênea. Há basicamente neste momento a presença de três linhas de atuação do governo: Adoção de medidas temporárias de estímulo fiscal e monetário para que se acelerasse o crescimento e elevasse o potencial produtivo do país. Aceleração do desenvolvimento social, principalmente com a consolidação de políticas como a de aumento do salário mínimo e também de transferência de renda aos mais pobres. E por último, aumento do investimento público e recuperação do papel do Estado no planejamento econômico de Longo Prazo (BARBOSA, 2010).

Para os adeptos desta “visão desenvolvimentista” o Brasil possuía um potencial de crescimento maior que o estimado pelos cálculos trazidos pela “visão neoliberal”. Este potencial maior originava-se na aceleração do crescimento, que geraria ganhos de escala, ganhos no emprego formal, aumento dos investimentos, crescimento de novos mercados, provocando também uma revisão no potencial produtivo da economia. Juntos estes aspectos trariam uma mudança no estado de confiança dos agentes econômicos e fariam com que o potencial de crescimento da economia se ampliasse cada vez mais. Para estes economistas e demais simpatizantes, poderia se acelerar o crescimento econômico brasileiro com base em alguns estímulos fiscais e monetários, além de uma postura mais ativa na redução das desigualdades e na distribuição de renda, sem contar é claro com o próprio aumento do investimento público. A política macroeconômica defendida por estes estava centrada no aumento do investimento público, já que este investimento em infra-estrutura gera muitos impactos positivos sobre a produtividade e a competitividade de uma economia. Há geração de Demanda Agregada iniciando assim, segundo estes, uma espécie de círculo virtuoso de desenvolvimento (BARBOSA, 2010).

Neste momento, encontramos o que BARBOSA (2010) chama de “Construção de um novo modelo de desenvolvimento”. O governo Lula vai optando claramente a partir de 2005 a uma política econômica desenvolvimentista. Em 2006-2008 vê-se que o crescimento médio anual do PIB sobe de 3,2% para 5,1%. Esta aceleração foi obtida principalmente pelo controle da inflação e pela queda na taxa real de juros, ajudado é claro pela redução da vulnerabilidade externa com o acúmulo de reservas internacionais.

Sobre a política fiscal neste momento do governo podemos dizer que três iniciativas marcaram a inflexão da economia: Primeiro a elevação do salário mínimo que, junto a política de crédito e a outras de transferência de renda, estimularam o mercado doméstico. O aumento do investimento público que serviu, como já dito, para gerar impactos e encadeamentos em toda a economia e principalmente no corpo industrial brasileiro. Por último temos a reestruturação de carreiras e salários de servidores públicos, com aumentos salariais para algumas carreiras como forma de atrair bons profissionais, ampliação da contratação por concurso em áreas com mais carência, e também na substituição de trabalhadores terceirizados por servidores públicos concursados (BARBOSA, 2010).

Neste momento destaca-se bastante em importância o surgimento do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). O PAC representou no início do segundo mandato do governo Lula o instrumento de reorganização, centralização e ampliação do investimento público no Brasil. O

país, com este programa, conseguiu recuperar a capacidade de induzir o desenvolvimento de amplo espectro de setores fundamentais para a modernização da economia. Neste programa o governo apoia a formação de capital da parte do setor privado e também aumenta o investimento. O programa foi considerado um sucesso não só na aceleração do crescimento econômico como também no aumento da taxa de investimento como um todo. O crescimento de 3,1 pontos percentuais no PIB mostra-se como resultado tanto de investimento em setores exportadores quanto também pelo investimento privado em infra-estrutura, muito ajudado também por uma série de desonerações tributárias presentes no centro de suas medidas. Houve um notável crescimento do mercado doméstico principalmente no setor de bens de consumo duráveis e também no setor de construção residencial. Além de todos estes fatores podemos evidenciar a grande importância de empresas estatais como a Petrobras na consolidação do programa: Em 2008 praticamente 6,8% de todo o investimento no Brasil advinha desta empresa (BARBOSA, 2010).

Fazia parte da temeridade dos adeptos da visão neoliberal o fato de que as alternativas desenvolvimentistas fariam reduzir substancialmente o resultado primário da economia, trazendo de volta os problemas de endividamento e etc. O que se viu pelo contrário foi que nesses três anos reduziu-se o resultado primário em um nível de apenas 0,2 pontos percentuais do PIB. Verifica-se então que esta opção por uma aceleração controlada do crescimento se demonstrou extremamente consistente com o objetivo de reduzir o tamanho da dívida pública em relação ao PIB, diferentemente do que pregava os economistas neoliberais (KREIN, 2012).

Percebeu-se também que o crescimento das reservas internacionais ganhou ainda mais apoio, crescendo bastante e chegando em 2007 a um nível de 207 bilhões de dólares. O mercado de trabalho também apresentou um desempenho notável, mas isso será descrito com muito mais intensidade no capítulo 2 desta monografia. Outro ponto importante que vemos é que apesar da queda do saldo comercial e da queda do saldo em conta corrente nesta época, isso não comprometeu a solvência externa da economia brasileira já que percebemos uma entrada maciça de capitais externos no país neste período (estes capitais eram atraídos principalmente pela taxa de juros doméstica, que era alta, pelo crescimento do país e também pela expectativa de ganhos com a apreciação de nossa moeda). Esta entrada de capitais foi direcionada principalmente para a acumulação de reservas por parte do governo federal. Sobre a inflação, neste momento, percebemos uma desaceleração inflacionária, principalmente pela queda dos preços agrícolas e pela apreciação cambial. A inflação voltou a crescer apenas no final de 2007 devido ao choque de ofertas de alguns produtos como o leite e o feijão (BARBOSA, 2010).

Temos um acontecimento muito importante que modifica profundamente alguns aspectos e, principalmente, os objetivos da Política Econômica brasileira a partir dos idos de 2008. A quebra do banco Lehman-Brothers irradia a crise financeira internacional para o mundo todo e a partir deste momento o mercado financeiro mundial tem seu funcionamento quase completamente alterado. Há um agravamento sério da restrição de liquidez no mercado mundial e o Brasil, como todos os outros países do globo, sofre as consequências deste momento histórico.

O impacto imediato da crise no país foi uma forte e rápida contração na oferta de crédito doméstico ao final de 2008. Há também redução nos preços internacionais das commodities, o que prejudicou bastante os exportadores brasileiros. Gerou-se então uma depreciação cambial, restrição de liquidez e queda da demanda internacional por produtos brasileiros, o que acaba derrubando os índices de confiança dos empresários e dos consumidores, ocasionando neste momento uma recessão técnica² no Brasil (BARBOSA, 2010).

A forma como o governo brasileiro respondeu à crise financeira internacional partiu de uma seqüência de medidas sem precedentes na história recente do Brasil, muito bem explicitada no texto de BARBOSA (2010). A crise financeira internacional intensificou fortemente a consolidação da visão desenvolvimentista no horizonte brasileiro. Para um país que habituou-se a utilizar modelos de recuperação idealizados por instituições ortodoxas como o FMI e o Banco Mundial, recuperações estas extremamente austeras e restritivas, a mudança de postura verificada na condução da recuperação à crise financeira internacional de 2008 foi extremamente positiva.

Houve adoção de medidas monetárias e fiscais anticíclicas, com o pretexto de se evitar que a crise internacional contaminasse o sistema financeiro brasileiro e que se recuperasse o nível de atividade econômica que estava sendo alcançado antes disso. Houve ações e programas antes da crise que ajudaram nesta recuperação econômica como o aumento da proteção social, o aumento do salário mínimo, a expansão do investimento público, desonerações tributárias, reestruturação do salário público e etc (BARBOSA, 2010).

Utilizou-se também ações emergenciais que após a parte mais difícil da crise tendem a desaparecer, como a providência de expansão da liquidez em moeda estrangeira e também em moeda nacional, utilização de partes das reservas internacionais para oferecer linhas de financiamento de curto prazo para as exportações, o que de certa forma atenuou a pressão pela

² Recessão técnica é quando se apresenta recessão econômica em dois trimestres seguidos.

depreciação da moeda nacional, e etc. Estas medidas emergenciais por parte do Banco Central puderam ser revertidas rapidamente já no segundo semestre de 2009, quando o Brasil já estava praticamente livre dos problemas trazidos com a crise (BARBOSA, 2010).

O Banco Central também reduziu os depósitos compulsórios do sistema bancário e injetou cerca de 3,3% do PIB brasileiro neste mercado, fazendo com que evitasse o contágio da crise internacional no mercado interbancário (não houve nenhuma quebra no sistema bancário nacional). Apesar dessa ajuda do governo aos bancos, não houve por parte do sistema privado uma recuperação das ofertas das linhas de crédito, e por isso os próprios bancos públicos começaram a ofertar linhas de crédito, especialmente para capital de giro, para os setores com maiores dificuldades de liquidez (BARBOSA, 2010).

Por outro lado, houve também ações estruturais que auxiliaram o combate à crise e que, diferentemente das ações mais emergenciais, prosseguiram sendo importantes para o crescimento e o desenvolvimento econômico no país. Neste âmbito destacam-se as revisões das alíquotas fiscais para pessoas físicas, apresentando agora tarifas intermediárias e que objetivam uma diminuição do peso dos tributos na população, e também se destaca o lançamento de um programa habitacional direcionado a população mais pobre ('Minha Casa, Minha Vida'). Este último aspecto fez com que o setor de construção residencial voltasse a crescer e se tornasse um dos líderes da expansão econômica. Houve também uma mudança muito importante, que está sendo aprofundada atualmente pelo governo da presidente Dilma Rousseff, que corresponde a um esforço emblemático na diminuição da taxa de juros real da economia brasileira (BARBOSA, 2010).

A partir de 2009, o que vemos então é um aumento e uma melhora bastante significativa na capacidade de o Brasil absorver os impactos da crise internacional e se recuperar. Isto levou uma melhora na percepção dos mercados em relação ao país, o que auxiliou ainda mais o Brasil a voltar a crescer consistentemente.

Vemos que as ações do governo e a evolução da conjuntura internacional fizeram o país atravessar a fase mais crítica da crise sem desestabilização, o que foi muito importante para o Brasil e nos evidencia ainda mais o sucesso e a importância da alternativa "desenvolvimentista" de crescimento econômico, que, como pudemos ver, trouxe inúmeros benefícios para a economia nacional.

CAPÍTULO 2 – EVOLUÇÃO DO MERCADO DE TRABALHO NO BRASIL DURANTE O GOVERNO LULA (2003-2010)

Este capítulo será dividido em duas partes. Na primeira, será feita uma recapitulação em linhas gerais da história da estruturação do mercado de trabalho no Brasil, trazendo com esta análise a evolução política e ideológica do tratamento desta questão no país durante este período, além dos condicionantes econômicos que muitas vezes explicam a evolução dos indicadores que caracterizam o mercado de trabalho no Brasil. Além desta recapitulação, ainda na primeira parte do capítulo, será mostrado como foi tratada a questão do mercado de trabalho pelo governo do Presidente Lula (2003-2010), mostrando suas principais medidas e destacando uma possível inflexão no direcionamento de suas ações sobre o mercado de trabalho pouco antes de seu segundo mandato (2007-2010).

Já na segunda seção do capítulo a análise será concentrada na evolução de diversos indicadores que caracterizam o ‘desempenho’ do mercado de trabalho brasileiro, tentando identificar questões como aumento de ocupação, aumento da formalização do emprego, queda de desigualdade, aumento do rendimento, aumento do salário mínimo e etc. Estes números e indicadores foram em sua maioria retirados da PNAD, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios e também da PME, Pesquisa Mensal de Emprego, ambos do IBGE. A maioria destes dados foram prospectados através do Ipeadata e também através do próprio site do IBGE. Além disso, utilizou-se o livro lançado pelo DIEESE em 2012 intitulado “*A situação do trabalho no Brasil na primeira década dos anos 2000*” que traz em seus capítulos diversas análises referentes ao mercado de trabalho, inclusive questões como a inserção do negro, da mulher e dos jovens no mercado de trabalho, além da evolução da distribuição de renda no país e etc.

2.1. Estruturação do mercado de trabalho no Brasil e suas últimas evoluções durante o Governo Lula.

Para falarmos sobre a evolução do mercado de trabalho no Brasil durante o Governo do Presidente Luís Inácio “Lula” da Silva, devemos ter um conhecimento consolidado da evolução deste mercado de trabalho, ao menos em linhas gerais, durante praticamente todo o século XX.

O período onde o mercado de trabalho no Brasil passa por um longo processo de estruturação vai do início dos anos 1930, na Era Vargas, até o final dos anos 1970, quando se inicia no país uma extensa crise provocada pelas mudanças conjunturais em consequência da crise do dólar, da crise do petróleo, e finalmente, da crise da dívida externa dos países periféricos. Nesse período, anterior a década de 1970, visualiza-se a elevação da taxa de assalariamento formal e também a redução do desemprego, além de, nos primeiros momentos, tenha-se dado também o crescimento do poder aquisitivo do salário mínimo (MENDONÇA, 2003).

Durante os anos 1980 embora se tenha visto uma forte expansão da população economicamente ativa, a taxa de desemprego não cresceu de forma acentuada. Destaca-se para isso neste período a criação de grande número de empregos públicos nos estados e municípios, o que de certa forma compensou a perda do dinamismo do setor privado (consequência da crise vivida no país, que passava por um ajuste econômico extremamente recessivo e ainda apresentava altas taxas de inflação) (MENDONÇA, 2003).

Os anos 1990 apresentam-se, de certa forma, como um período de inflexão na evolução do mercado de trabalho brasileiro desde a primeira metade do século. Vemos durante esta década a elevação do desemprego, o expressivo crescimento de postos de trabalho extremamente precários (muitas vezes informais, sem carteira de trabalho), e por último nota-se também uma queda dos rendimentos do trabalho. São diversas as explicações que auxiliam o entendimento desta mudança nas tendências do mercado de trabalho, mas certamente a principal foi a baixa taxa de crescimento econômico encontrada durante esta década (MENDONÇA, 2003).

As aberturas comercial e financeira impulsionadas no país nesta década - muito ligadas à chegada ao país das ideias neoliberais, como já foi enunciado no primeiro capítulo - apresentaram um papel central nesse processo. Os autores adeptos do neoliberalismo defendiam também uma flexibilização dos contratos de trabalho, buscando simplificar a legislação trabalhista e previdenciária para com isso fomentar a criação de empregos, reduzindo a interferência da Justiça do Trabalho na resolução de conflitos entre empregadores e trabalhadores (KREIN, 2012).

Porém o que vimos é que a ideia trazida do neoliberalismo de que as aberturas trariam um choque de produtividade fazendo com que isso conduzisse a um ciclo vicioso de criação de empregos é delicada. Ao invés disso, o que foi visto na maior parte das vezes foram ajustes recessivos das empresas nacionais, eliminando empregos e reduzindo custos salariais

(MENDONÇA, 2003). O investimento público que poderia ajudar neste momento (como foi feito na década de 1980) também foi atingido pela política de ajuste das finanças públicas.

Neste ambiente macroeconômico extremamente adverso - inclusive com taxas de juros muito altas, que impediam também o crescimento da economia - o mercado de trabalho realmente não conseguiria ter apresentado uma evolução positiva. O aumento da População Economicamente Ativa não foi acompanhado do crescimento dos postos de trabalho, que só poderia ser visto a partir do crescimento geral da economia.

Além do baixo crescimento, a precarização do trabalho também respondeu às novas formas de organização da produção e do trabalho, já que as empresas nacionais ou mesmo as empresas sediadas no país tiveram muitas vezes que transformar seus métodos de produção, terceirizar atividades, reduzir custos e etc. O ajuste sobre os custos do trabalho foi, de certa forma, inevitável, ocorrendo então o corte dos empregos e redução de salários (MENDONÇA, 2003). O setor industrial, por exemplo, responsável pela criação de postos de trabalho dotados de maior proteção formal e maiores níveis de rendimento, perdeu relativamente grande parte da sua importância no conjunto de ocupação do país nesta década, reflexo destas profundas mudanças na situação do mercado de trabalho.

Começa a ganhar força - tendo em vista esta evolução bastante negativa do mercado de trabalho apresentada na década de 1990 devido à aparição das ideias neoliberais – uma vertente crítica às ideias anteriormente caracterizadas, de defesa da flexibilização do mercado de trabalho. Para os autores desta vertente a flexibilização defendida pelos neoliberais gera precariedade e insegurança no mercado de trabalho. Estes autores analisam as experiências de outros países inclusive e mostram que os resultados das políticas flexibilizantes não foram os esperados, principalmente em relação à elevação do nível de emprego. A resolução dos problemas passaria, segundo estes autores, pela necessidade de alcançar maior desenvolvimento econômico. A flexibilização do mercado de trabalho apenas retiraria os mecanismos de proteção social dos trabalhadores no Brasil, aumentando ainda mais o desequilíbrio de forças entre empregadores e empregados (KREIN, 2012).

O início do Governo Lula então é extremamente marcado por esta questão colocada ao país, agravada pela piora dos indicadores do mercado de trabalho (evolução do desemprego e queda dos rendimentos do trabalho principalmente). A questão torna-se ainda mais interessante se levarmos em conta que o presidente eleito foi um candidato que é oriundo do movimento

sindical, sobre o qual foi criada uma enorme expectativa de como seriam abordados os temas colocados na agenda política nacional, principalmente as questões do mercado de trabalho.

A análise das medidas legais tomadas pelo Governo Lula mostra que este não tomou uma posição clara em relação à reforma trabalhista. Existiram medidas que ora iam em direção a flexibilização, ora iam na direção do fortalecimento da regulação pública do mercado de trabalho (KREIN, 2012).

Com a criação do Fórum Nacional do Trabalho (FNT) em 2003 houve a separação entre a reforma sindical e a trabalhista. Sobre a reforma trabalhista o governo não formulou uma proposta única e abrangente para nortear as suas ações no tratamento do tema. Há muitos sinais contraditórios que ficam bastante evidentes quando analisamos as medidas concretas enviadas pelo Executivo Federal ao Congresso Nacional.

Algumas medidas flexibilizadoras, cujos efeitos alteraram aspectos da relação de emprego, podem ser enunciadas, como: A nova Lei de Falências e de Recuperação Judicial que oferece maior proteção aos créditos e às instituições financeiras em detrimento dos direitos dos trabalhadores. Esta reforma foi feita na tentativa de se reduzir as taxas de juros, mas a sua eficácia não teve comprovação. A Emenda Constitucional n. 41/2003 realizou mudanças críticas no sistema previdenciário do serviço público, estabelecendo o fim da integralidade e da paridade, fixando o limite da aposentadoria de acordo com o teto do regime geral do INSS. Além disso, aumentou-se o limite de idade para aposentadoria. Todas essas são medidas que estão presentes na agenda neoliberal, que fragilizam o Estado e abrem espaço para instituições de fundos de pensões privados, ou seja, reduzem direitos, desestimulam o emprego público, criam obstáculos para a aposentadoria (KREIN, 2012).

Diversas outras medidas de caráter flexibilizante foram aplicadas, como: O contrato de trabalhador rural de pequeno prazo, o “Super simples”, o Programa Nacional de Primeiro Emprego³ e etc.

É importante perceber que mesmo em um governo fortemente identificado com os trabalhadores e em um contexto de dinamização da economia (como foi caracterizado no primeiro capítulo) foram aprovadas diversas medidas que reforçam a lógica do processo de flexibilização do mercado de trabalho característica da década de 1990. Esta flexibilização por

³ Embora ajude na inserção dos jovens no mercado de trabalho, gera uma redução de custos e incentivos fiscais para a contratação.

meio de mudanças na legislação ordinária não foi pensada como uma medida geral, mas sim para públicos específicos como jovens, micro e pequenas empresas e etc (GALVÃO, 2010 in KREIN, 2012).

O que vemos porém a partir de 2002 é que, mesmo com a política econômica ortodoxa já caracterizada no primeiro capítulo deste trabalho, inicia-se no país um período de forte expansão do desempenho exportador. Expansão esta trazida principalmente pela alta verificada nos preços das principais commodities (produtos que são majoritariamente exportados pelo país) que tornaram a remuneração dos exportadores mais atrativa neste momento e acabaram fazendo com que esta evolução positiva no setor exportador brasileiro tivesse resultados extremamente benéficos ao crescimento econômico do país como um todo, como já havíamos caracterizado no primeiro capítulo deste trabalho. Conseqüentemente percebe-se uma melhor evolução do mercado de trabalho em comparação ao que vinha sendo visto durante a década de 1990, até mesmo com estas medidas flexibilizantes que acabamos de caracterizar.

É isso, juntamente com a desaceleração da inflação e a apreciação cambial (já citadas no capítulo 1), que, de certa forma, se justifica uma sensível melhora dos indicadores do mercado de trabalho (que serão expostos na segunda seção) já a partir do início da década de 2000 apesar das medidas flexibilizantes tomadas pelos governos da década de 1990 e também durante no primeiro mandato do governo Lula. Pode-se perceber através de alguns dados que o aumento das exportações brasileiras neste momento e seus encadeamentos geram uma melhoria sensível já na situação do mercado de trabalho brasileiro. Esta melhoria, apesar de não ser sustentada como a que veremos nos anos seguintes - a partir de 2004 e principalmente a partir de 2006 - é de grande importância para a consideração do contexto geral da década de 2000 e das transformações ocorridas neste momento na realidade brasileira.

Apesar deste contexto econômico, é necessário apontar que a evolução positiva do mercado de trabalho no Brasil a partir, principalmente, da segunda metade da década de 2000 não foi só resultado de um melhor resultado comercial. Também foram realizadas medidas que, se não criaram postos de empregos diretamente, foram contra esta lógica anterior de flexibilização e acabaram por fortalecer os direitos trabalhistas e, de certa forma, ampliaram a regulação pública do trabalho. Algumas dessas medidas, antes de ampliar a regulação do trabalho, foram importantes exatamente por evitar uma maior flexibilização, por meio dos vetos e da retirada de pauta de projetos do Congresso Nacional, como por exemplo o veto à Emenda nº 3 da Super Receita (que proibia a multa às empresas que estabeleciam uma relação de emprego

disfarçada por parte do auditor fiscal) ou mesmo o cancelamento dos subsídios para contratação por prazo determinado (KREIN, 2012).

Outras medidas importantes são: A política de valorização do salário mínimo (com certeza a mais importante, devido ao seu papel na estruturação do mercado de trabalho, no combate à pobreza e na melhora dos rendimentos dos trabalhadores com menores salários, dos aposentados e etc), a ampliação do seguro desemprego (principalmente no decorrer da crise iniciada em 2008), movimento de aumento da formalização do emprego, a nova regulamentação do estágio, estímulo para inclusão do trabalhador autônomo na seguridade social e etc. Segundo KREIN (2012) há uma grande importância das instituições públicas que garantem a efetividade da aplicação dos direitos trabalhistas - como a Justiça do Trabalho, Ministério Público do Trabalho e etc - no crescimento do emprego formal acima do nível de criação de novas ocupações, já que estas praticam ações de fiscalização, interpretação e aplicação das medidas legais que foram aplicadas no mercado de trabalho brasileiro.

Vemos então que dentro do Governo Lula - principalmente na sua primeira etapa - existem movimentos contraditórios: Há medidas que geram avanço na regulação pública trabalhista, mas também continua havendo um movimento que tende a defender e aprofundar a flexibilização do trabalho, principalmente em aspectos como avanço da remuneração variável, jornada flexível, formas de contratação e etc.

A evolução negativa do mercado de trabalho brasileiro que se manteve presente durante praticamente toda a década de 1990 e começo dos anos 2000 começou a se modificar de forma mais consistente a partir de 2004, embora ainda modesta no primeiro mandato do Governo Lula.

Percebeu-se, a partir do momento em que o crescimento econômico e as políticas públicas constroem um contexto de aumento do emprego, melhoria do padrão ocupacional e etc, que a flexibilização não era um ponto importante, ou melhor, não era um ponto imprescindível para a recuperação do mercado de trabalho.

Segundo KREIN (2012) a elevação do salário mínimo e dos salários em geral em um contexto de forte elevação do emprego formal fez cair por terra os argumentos e as teses dos economistas neoliberais que achavam que o aumento do salário mínimo causaria desemprego e elevação da informalidade. É importante afirmar, entretanto, que o mercado e as relações de trabalho só puderam melhorar realmente a partir do alcance de taxas mais elevadas de

crescimento econômico. Foi este crescimento (tanto em função do aumento da arrecadação, quanto no seu próprio poder de criação de empregos) que possibilitou o sucesso de muitas políticas públicas e da prática sindical.

Como vimos no capítulo 1 deste trabalho, após a elevação das exportações e após o mercado interno passar a representar uma forte fonte de elevação da demanda o PIB, entre 2004 e 2006, começou a apresentar um crescimento médio expressivamente superior aos anos anteriores. Ainda que, como vimos, as políticas conservadoras presentes no primeiro mandato do Governo Lula tenham restringido de certa forma o ritmo de crescimento, os impactos deste foram extremamente positivos sobre o mercado de trabalho, como veremos agora através dos dados expostos na segunda seção deste capítulo.

2.2. Evolução dos principais indicadores referentes ao mercado de trabalho no Brasil durante a década de 2000.

Primeiramente na Tabela 1 apresentam-se alguns números e principais indicadores que caracterizam o mercado de trabalho brasileiro desde o ano de 2001 até 2010 em termos de ocupação e emprego. Apresentamos os valores da População em Idade Ativa, da População Economicamente Ativa e o número de Pessoas Ocupadas e Desocupadas durante este período através dos números da PNAD/IBGE, captados através do Ipeadata (www.ipeadata.gov.br). A PNAD ou Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios investiga de ano a ano características gerais da população, tanto em questões como trabalho, educação, rendimento, habitação e etc. Esta pesquisa com certeza é um dos mais importantes instrumentos para formulação e avaliação de políticas orientadas para o desenvolvimento socioeconômico brasileiro.

Além destes índices foi colocada também nesta tabela a taxa de desemprego aberta para regiões metropolitanas no Brasil, índice que foi capturado através da Pesquisa Mensal de Emprego feita pelo IBGE. A Pesquisa Mensal de Emprego produz indicadores mensais sobre a força de trabalho que permitem avaliar as flutuações e a tendência deste mercado nas suas várias áreas de abrangência, como a condição de atividade, condição de ocupação, rendimento e etc. É uma pesquisa importante tanto para efeitos da conjuntura econômica quanto para o planejamento socioeconômico do país.

O que podemos evidenciar de início quando analisamos a Tabela 1 são as evoluções durante este momento da PIA e PEA brasileira. Ambas evoluem positivamente em todos os anos considerados na tabela, porém percebemos um crescimento um pouco maior da População Economicamente Ativa: Enquanto a PIA cresce cerca de 15% entre 2001 e 2009, a PEA cresce um pouco mais, aproximadamente 18% entre estes anos. Isto evidencia que o crescimento da PEA não está atrelado apenas ao crescimento populacional como pode ser pensado em um primeiro momento.

Tabela 1. Indicadores gerais sobre o Mercado de Trabalho no Brasil e Regiões Metropolitanas (2001-2010)

Ano	PIA	PEA	Ocupados	Desocupados	Tx. de Desemprego	Tx. De Desemprego aberto em Regiões Metropolitanas
2001	138.962.241	80.400.976	72.323.336	8.077.640	10,05	11,2
2002	141.831.382	83.079.896	74.887.898	8.191.998	9,86	11,7
2003	144.585.745	84.684.123	75.817.114	8.867.009	10,47	12,3
2004	146.930.667	86.985.753	78.534.280	8.451.473	9,72	11,5
2005	149.839.640	89.529.881	80.399.758	9.130.123	10,20	9,8
2006	152.811.425	90.549.690	82.200.824	8.348.866	9,22	10,0
2007	155.454.625	91.757.699	83.571.545	8.186.154	8,92	9,3
2008	158.209.812	93.325.283	86.060.399	7.264.884	7,78	7,9
2009	160.438.234	95.380.939	86.744.608	8.636.331	9,05	8,1
2010	-	-	-	-	-	7,0

Fonte: PNAD/IBGE, captado em lpeadata (www.ipeadata.gov.br), exceto Taxa de desemprego aberta em regiões metropolitanas captada através da PME/IBGE.

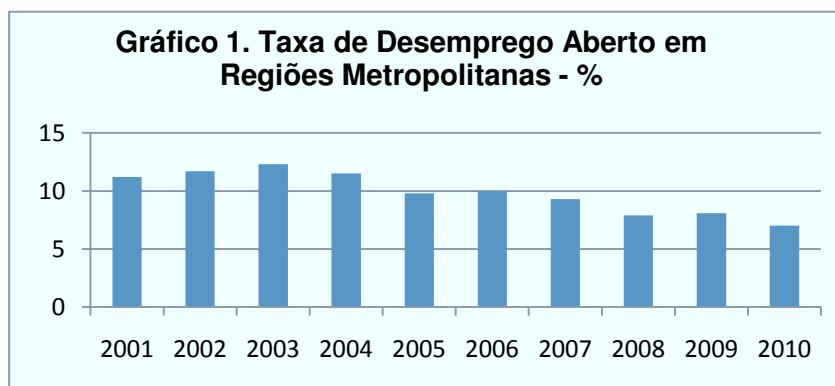
Elaboração própria.

Quando se analisam o número de ocupados e desocupados através dos dados da PNAD destacados na Tabela 1 vemos que o número de ocupados veio crescendo ano a ano desde 2001 até 2009. Durante este período percebemos um crescimento de cerca de 19,8% no número de pessoas ocupadas. Já quanto às pessoas desocupadas, percebemos que este número é um pouco mais constante. Durante os anos considerados na tabela percebemos evoluções positivas e negativas em determinados momentos. Por exemplo: de 2001 a 2003 o número de pessoas desocupadas aumentou, parando apenas em 2004 onde apresentou um nível mais baixo. Em 2005 apresenta-se o maior nível de desocupação de todo o período. Após isso até 2008 o número de pessoas desocupadas diminuiu, chegando ao nível mais baixo de período neste ano, porém em 2009 este cresceu novamente, chegando a um patamar maior do que o apresentado no início de período em 2001.

Em razão disso vemos que a taxa de desemprego captada através dos dados da PNAD (a taxa de desemprego aqui seria então o número de pessoas desocupadas sobre a PEA em cada ano) apresenta uma situação de oscilação até 2005, onde percebemos em alguns anos a diminuição

desta taxa, muito provavelmente já em razão de benefícios trazidos por um aumento do resultado comercial brasileiro no mercado internacional. A partir de 2006, percebemos nesta taxa de desemprego uma melhora significativa, evidenciando não apenas as consequências de um maior crescimento e desenvolvimento econômico brasileiro, como já vinha sendo visto nos anos anteriores, mas também as consequências de uma postura mais desenvolvimentista no tratamento de assuntos referentes ao mercado de trabalho. A reversão desta tendência de queda da taxa de desemprego no ano de 2009 explica-se pelo surgimento da crise financeira global em 2008, que apesar da rapidez do Brasil na manutenção de seu combate, apresentou resultados negativos entre os anos de 2008 e 2009. Na PNAD de 2011 a taxa de desocupação visualizada foi de cerca de 7,3%, o que mostra uma recuperação importante do mercado de trabalho pós-crise financeira internacional.

Quando analisamos a taxa de desemprego aberta nas regiões metropolitanas (Gráfico 1) neste período vemos que a situação é bastante similar a encontrada pela taxa de desemprego através dos dados da PNAD. Como neste caso temos também o dado de 2010, percebemos que houve uma recuperação do índice após 2009, o que representa bem o sucesso das medidas de combate a crise no Brasil no que diz respeito à recuperação da taxa de desemprego.



Fonte: PME/IBGE.

Na Carta Social e do Trabalho número 12, publicação do Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho do Instituto de Economia da Unicamp, encontramos um texto elaborado por diversos professores que trata do tema do mercado de trabalho no governo Lula. Neste trabalho encontra-se uma seção específica onde se caracterizam as melhorias ocorridas no mercado de trabalho brasileiro entre 2004-2008. Desta seção podemos tirar diversas informações interessantes e que ilustram bastante bem o contexto que está sendo explicitado nesta seção.

Primeiramente, sobre a própria mudança pela qual passava a PEA no Brasil nesta época, destacam-se as mudanças advindas da própria taxa de natalidade e mortalidade, bem como o ritmo de crescimento da população brasileira (por exemplo, o expressivo crescimento da população brasileira antes da década de 1970): A faixa de jovens, entre 15 e 24 anos, diminuiu e a faixa das idades mais avançadas, com pessoas de 25 a 54 anos viu-se um crescimento de cerca de 2,3% ao ano. Apesar disso, da diminuição do contingente em idade ativa e economicamente ativa na faixa etária de 15 a 24 anos, a diminuição do desemprego que foi observada no período não conseguiu englobar esta faixa etária. Já entre os adultos, além da redução do nível de desemprego, visualizou-se também uma redução da parcela de trabalhadores que se declaravam trabalhador por conta própria ou empregador, ou seja, trabalhadores que nem sempre estavam em busca de ocupação como empregado assalariado (CESIT, 2010).

Sobre a comparação da situação do mercado de trabalho entre os sexos no Brasil durante este período, o texto da Carta Social e do Trabalho n. 12, traz dados que ilustram também a continuação de uma situação inferior da mulher no mercado de trabalho brasileiro. O desemprego entre as mulheres apresentou um nível maior do que entre os homens.

As próximas tabelas que serão apresentadas nesta seção fazem menção a um dos principais avanços trazidos com o governo Lula no que diz respeito ao mercado de trabalho. Trataremos a partir de agora da questão da evolução extremamente positiva no grau de formalização dos empregos no Brasil. A Tabela 2 traz informações importantes sobre a criação e o estoque de postos de empregos formais no país durante a década de 2000.

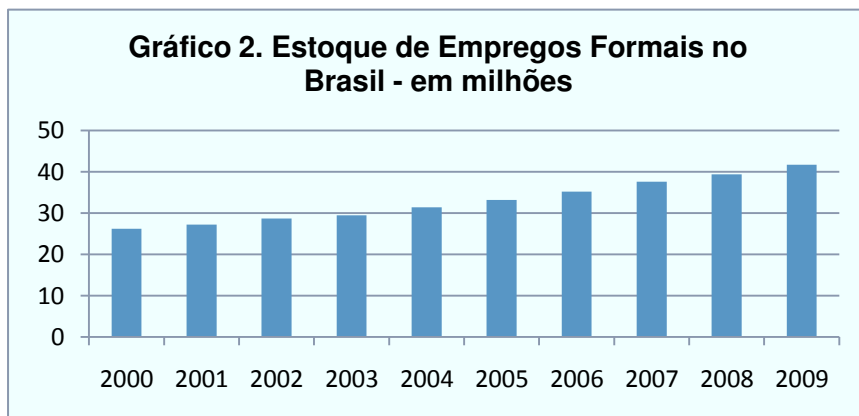
Tabela 2. Criação e estoque de empregos formais no Brasil (2000-2010)

Ano	Criação de novos postos de emprego formal	Estoque de empregos formais no Brasil (em milhões)
2000	657.000	26,2
2001	591.000	27,2
2002	762.000	28,7
2003	645.000	29,5
2004	1.523.000	31,4
2005	1.254.000	33,2
2006	1.229.000	35,2
2007	1.617.392	37,6
2008	1.452.204	39,4
2009	995.110	41,7
2010	1.954.531	-

Fonte: CAGED, 2010 e RAIS/MTE captados em OLIVA, 2010.

Elaboração própria

Como podemos ver através da Tabela 2, a criação de novos postos de empregos formais deu um salto bastante grande principalmente a partir de 2004, quando passou de cerca de 600 mil novos postos de emprego por ano para cerca de 1,5 milhão em 2005. Sobre o estoque de empregos formais no Brasil (verificar evolução no Gráfico 2) vemos que este número veio evoluindo positivamente durante todos os anos da década de 2000, o que mostra ainda mais a intensidade deste movimento de expansão e formalização do emprego. Este salto na criação de postos de trabalho formais está ligado a diversos fatores como o crescimento econômico, a maior eficácia da fiscalização do Ministério do Trabalho e também a políticas de inclusão previdenciária.



Fonte: RAIS/MTE captado em OLIVA (2010).

Segundo OLIVA (2010), se desconsiderarmos erros que poderiam implicar algum grau de subestimação nas pesquisas, o número total de empregos com vínculo formal criados ao longo do governo Lula poderia chegar a 13,8 milhões. Segundo o próprio autor, este é um número que equivale ao dobro do realizado entre os anos de 1990 e 2002 (caracterizado, como vimos anteriormente, pelo baixo nível de crescimento associado às políticas de abertura e desregulamentação da economia adotadas no período).

Tabela 3. Distribuição percentual do estoque de emprego formal entre as Grandes Regiões do Brasil (2000-2009)

Ano	Brasil	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
2000	100	4,2	16,7	53,5	17,6	8
2001	100	4,3	16,8	53,1	17,9	8
2002	100	4,5	16,9	52,7	17,7	8,1
2003	100	4,7	17,2	52,1	17,8	8,2
2004	100	4,9	17,2	51,8	17,9	8,3
2005	100	5	17,5	51,8	17,5	8,3
2006	100	5,1	17,6	51,6	17,6	8,2
2007	100	5,2	17,5	51,9	17,3	8,1
2008	100	5,3	17,6	51,7	17,2	8,2
2009	100	5,3	18	51,2	17,2	8,3

Fonte: RAIS/MTE captado em DIEESE, 2012.

Elaboração própria.

Na Tabela 3 apresentam-se as distribuições percentuais dos estoques de emprego formal entre as Grandes Regiões brasileiras. Podemos perceber através dos dados que as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste apresentaram melhoras em sua participação quanto ao estoque de empregos formais, com destaque para a região Nordeste que melhorou sua posição cerca de 2 pontos percentuais. Esta melhora na posição destas regiões significou uma perda na posição de regiões historicamente mais ricas como o Sudeste e Sul. Embora se deva sublinhar que a mudança é ainda muito sensível, deve-se apontar positivamente o fato deste quadro estar sendo modificado constantemente neste sentido durante os anos mostrados, mostrando uma tendência positiva de melhora na distribuição de empregos formais em todo o território brasileiro.

Na Tabela 4 foram compiladas as observações da Pesquisa Mensal de Emprego feita pelo IBGE tendo como base o mês de setembro de cada ano, a partir de 2002 até 2012, mostrando a quantidade de pessoas ocupadas com e sem carteira assinada, além dos trabalhadores por

conta própria e dos empregadores, nas Regiões Metropolitanas do Brasil. Embora as pesquisas mensais sejam um pouco complicadas para que sirvam de base para análises em períodos mais longos, ainda pode ser visto certas tendências importantes a partir da consideração destes dados.

Destas tendências apresentadas pela Tabela 4 podemos destacar uma subida constante da população ocupada com carteira assinada nas regiões metropolitanas, Este crescimento ao final do governo Lula chegou ao nível de 39%. Em contrapartida viu-se que ao final do governo Lula os trabalhadores ocupados sem carteira assinada nas regiões metropolitanas apresentou praticamente o mesmo nível, com apenas um crescimento pequeno de cerca de 4%. A população ocupada por conta própria e a população ocupada como empregador também tiveram um crescimento bem menos significativo (16% e 11% respectivamente) do que a da população com carteira assinada.

Tabela 4. População Ocupada nas Regiões Metropolitanas por tipo de ocupação (2002-2012) - em mil

Ano	População Ocupada com carteira assinada	População Ocupada sem carteira assinada	População Ocupada por Conta Própria	População Ocupada como Empregador
set/2002	8.162	3.849	3.452	910
set/2003	8.173	4.180	3.832	986
set/2004	8.417	4.424	3.955	1.025
set/2005	8.891	4.402	3.881	1.006
set/2006	9.329	4.522	3.868	974
set/2007	9.895	4.263	4.009	993
set/2008	10.350	4.315	3.989	991
set/2009	10.506	4.141	4.038	992
set/2010	11.380	4.013	4.034	1.012
set/2011	12.059	3.730	3.973	1.018
set/2012	12.500	3.713	4.044	1.041

Fonte: PME/IBGE, captado através do Ipeadata (www.ipeadata.gov.br).

Elaboração própria.

Este destaque é feito também na Carta Social e do Trabalho n.12. Dá-se importância, na melhoria do mercado de trabalho brasileiro não somente à maior absorção de pessoas ativas,

ou seja, na diminuição do desemprego. Há um grande destaque para as melhorias qualitativas na estrutura ocupacional, como: Redução do emprego sem carteira, do trabalho por conta própria e do trabalho não remunerado na estrutura ocupacional. Reduz-se então o peso de setores marcados pelas ocupações mais precárias e não protegidas pela legislação trabalhista.

Aliada a esta diminuição do emprego assalariado sem carteira e do trabalhador por conta própria, o documento destaca uma forte expansão do emprego formal. Esta expansão inicia-se após a desvalorização da moeda brasileira e intensifica-se no momento onde se apresenta um crescimento econômico mais considerável. Segundo CESIT (2010) há ai uma tendência à formalização das empresas e contratos de trabalho (partindo principalmente de medidas do Ministério do Trabalho e Emprego) e também há, por outro lado, aumento na quantidade de empregos formais gerados para cada ponto percentual de crescimento do produto.

Esta é uma tendência bastante importante, onde as melhores ocupações crescem em um ritmo mais expressivo do que as piores. O mercado de trabalho brasileiro passa então a contar com um maior ritmo de crescimento dessas melhores ocupações e começa a sentir os impactos positivos da perda relativa de participação das piores ocupações (KREIN, 2012).

Na Tabela 5, através novamente da PME do IBGE, capturou-se a porcentagem da população subocupada nas regiões metropolitanas de 2002 até 2012, tendo como referência o mês de setembro de cada ano. A classificação de subocupação refere-se a quantidade de horas trabalhada, ou seja, a população é subocupada por insuficiência de horas efetivamente trabalhadas na semana de referência da pesquisa.

Tabela 5. Porcentagem da População Subocupada de 2002 a 2012 - Mês de referência: Setembro

Ano	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
População Subocupada (%)	3,7	5,0	4,8	3,9	4,6	3,9	2,9	3,0	2,8	2,3	1,9

Fonte: PME/IBGE captado através do Ipeadata (www.ipeadata.gov.br).

Elaboração própria.

Analisando a porcentagem da população subocupada pode-se perceber que há a permanência de uma proporção elevada até o ano de 2007, chegando no ano de 2004 a quase 5%. Após isso podemos perceber a diminuição desta proporção, e se a analisarmos em 2012, no segundo ano do mandato da presidente Dilma Rousseff, esta se limitou a cerca da metade da proporção

encontrada há dez anos. Esta evolução pode evidenciar a importância das medidas de caráter mais desenvolvimentista que tomaram força a partir do segundo mandato do presidente Luís Inácio 'Lula' da Silva, que continuaram a ser aplicadas por Dilma Rousseff, e que podem ter influenciado esta melhora na diminuição da população subocupada, trazendo melhores condições para uma fatia maior da população.

Devem-se destacar, além do aumento do dinamismo econômico, as políticas públicas utilizadas pelo governo Lula para que esta evolução positiva do mercado de trabalho pudesse ter sido vista durante os seus dois governos na década de 2000. O crescimento da formalização refletiu também a importância das políticas de regulação do trabalho: Desde medidas de combate ao trabalho forçado ou ao trabalho infantil, até mesmo à política de valorização do salário mínimo, que tomou força no país a partir também de campanhas conjuntas das centrais sindicais (KREIN, 2012).

Além da evolução positiva na formalização do mercado de trabalho brasileiro alcançado durante o governo Lula, também deve ser dado destaque para a evolução positiva do aumento do rendimento do trabalho que pôde ser vista neste momento. Na Tabela 6 estão destacados os valores do Rendimento Médio do trabalho principal, de todos os trabalhos e também a renda domiciliar *Per Capita* durante os anos de 2001 até 2009 no Brasil.

Tabela 6. Evolução da renda do trabalho no Brasil (2001-2009)

Ano	RM do Trab. Princ.	RM de todos os trabs.	Renda Domiciliar Per Capita
2001	914,70	952,12	571,30
2002	888,40	926,37	571,60
2003	830,94	865,31	538,20
2004	836,19	870,38	550,80
2005	872,53	909,86	584,00
2006	943,28	983,26	638,30
2007	975,76	1.016,66	655,80
2008	1.001,17	1.041,97	689,60
2009	1.025,18	1.068,39	705,70

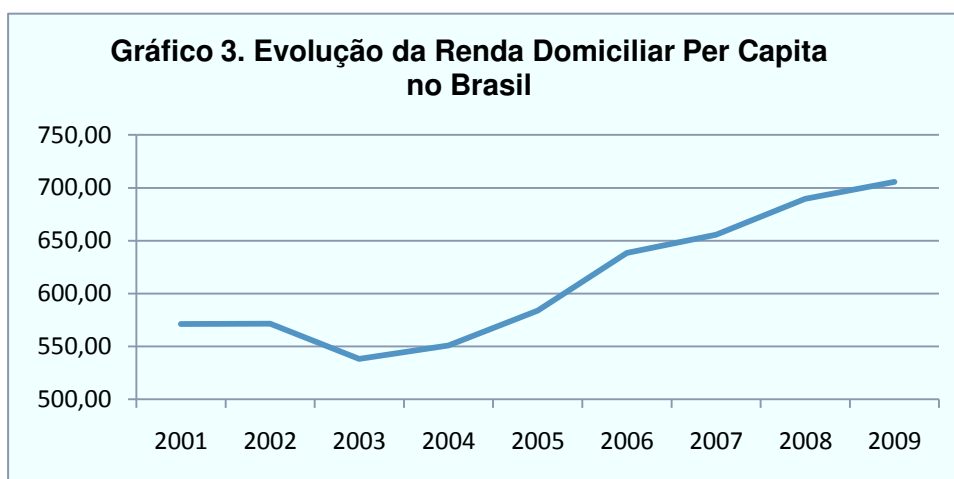
Fonte: PNAD/IBGE, captado em Ipeadata (www.ipeadata.gov.br).

Elaboração própria.

Percebe-se através da Tabela 6 que o Rendimento Médio do Trabalho Principal diminui entre os anos de 2001 e 2003, porém a partir de 2004 apresenta-se um movimento sempre ascendente,

chegando em 2009 a representar um incremento de cerca de 23% neste rendimento. O Rendimento Médio de Todos os Trabalhos apresenta uma evolução bastante semelhante, inclusive com a mesma taxa de crescimento, cerca de 23% a partir de 2003. Tomando os valores trazidos pela PNAD de 2011 percebe-se que o crescimento do rendimento do trabalhador brasileiro continua em expansão, de uma maneira até um pouco mais acelerada (quase 10% de 2009 para 2011), o que evidencia novamente a rápida recuperação da economia brasileira frente aos malefícios trazidos pela crise financeira internacional iniciada em 2008.

A Renda Domiciliar *Per Capita* é mais uma variável que nos auxilia na visualização da melhoria do rendimento do trabalho durante o governo Lula (Gráfico 3). Como podemos ver através da Tabela 6 a Renda Domiciliar *Per Capita* que foi de cerca de R\$ 538 reais no primeiro ano do governo Lula (2003), terminou 2009 com um valor de aproximadamente R\$ 705 reais, representando um incremento de 31% neste rendimento. Este é um valor bem considerável e importante para a economia brasileira, já que um maior rendimento *per capita* no país geralmente se traduz em aumentos significativos no consumo e, conseqüentemente, em uma maior elevação da demanda agregada na economia brasileira.



Fonte: PNAD/IBGE captado em Ipeadata.

Grande parte da responsabilidade deste aumento do rendimento do trabalho durante os anos do governo Lula deveu-se a valorização real do salário mínimo que foi vista neste período. Em CESIT (2010), destaca-se a importância da política de aumento do valor do salário mínimo para a recuperação da renda média do trabalho, que aconteceu principalmente nas ocupações cuja renda média é menor do que a média em geral da economia (exatamente aquelas onde o valor

do salário mínimo é extremamente importante). Este fato acabou trazendo a tona no contexto brasileiro uma redução das desigualdades dos rendimentos.

Há uma intensificação importante do aumento do salário mínimo no segundo governo Lula e também uma elevação dos salários reais por meio de conquistas dos trabalhadores mais organizados e seus sindicatos. Esses aspectos contribuíram fortemente para uma significativa recuperação da renda média do trabalho, e não apenas da expansão nos níveis de ocupação.

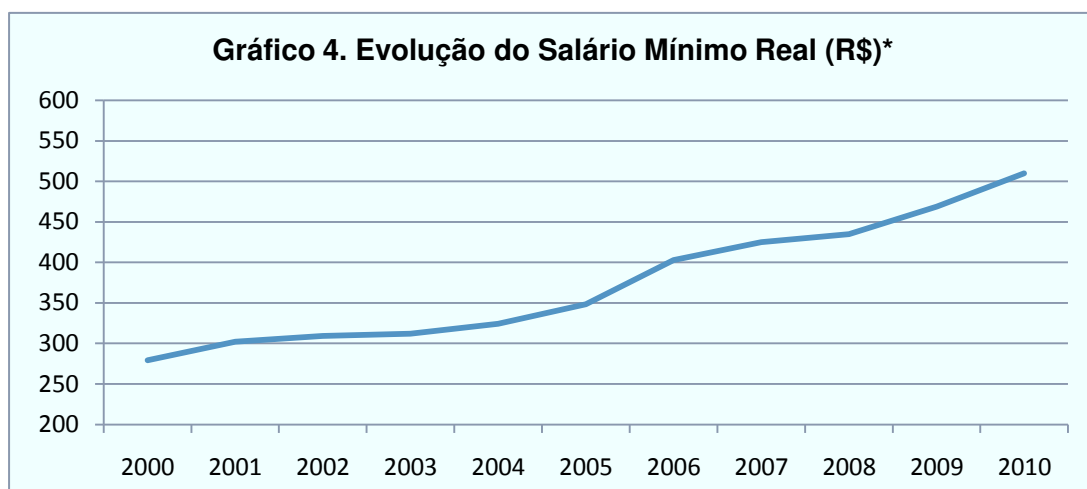
Tabela 7. Recuperação do Poder de Compra do Salário Mínimo (2000-2010)

Ano	Salário Mínimo Nominal (R\$)	Salário Mínimo Real (R\$)*	Salário Mínimo (US\$)	Poder Aquisitivo (Cestas Básicas Dieese)
abr/2000	151,00	279,20	83,00	1,28
abr/2001	180,00	302,20	78,00	1,37
abr/2002	200,00	309,30	81,00	1,42
mai/2003	240,00	312,00	81,00	1,38
mai/2004	260,00	324,10	84,00	1,47
mai/2005	300,00	348,20	122,00	1,60
abr/2006	350,00	402,80	163,00	1,91
abr/2007	380,00	424,90	187,00	1,93
mar/2008	415,00	435,00	243,00	1,74
fev/2009	465,00	468,90	201,00	2,01
jan/2010	510,00	510,00	290,00	2,23

* Valores médios anuais convertidos para reais de 1º de janeiro de 2010, deflacionados pela projeção do Índice de Custo de Vida do DIEESE - estrato inferior

Fonte: DIEESE captado em OLIVA, 2010.

Através da Tabela 7 podemos perceber este movimento de forte valorização do salário mínimo encontrada durante o governo Lula, principalmente em sua segunda metade. Ao analisarmos o salário mínimo real de 2002, antes da eleição do presidente, temos um valor de aproximadamente R\$ 310 reais, enquanto em 2010 encontrávamos um valor de R\$ 510 reais, este incremento é de aproximadamente 64%, uma evolução extremamente benéfica para o mercado de trabalho brasileiro (ver evolução no Gráfico 4). Quando se analisa a evolução do valor do salário mínimo em dólares (aumento de 3,5 vezes) ou mesmo sobre o seu poder aquisitivo (em termos de cestas básicas) a evolução também mostra-se muito benéfica, corroborando com o aumento do rendimento do trabalho visto anteriormente.



Fonte: DIEESE captado em OLIVA (2010).

Valores médios anuais convertidos para reais de 1º de janeiro de 2010, deflacionados pela projeção do Índice de Custo de Vida do DIEESE – estrato inferior.

A necessidade de o presidente Lula reconquistar apoio para conseguir a sua reeleição contribuiu para que o governo avançasse em direção a políticas mais progressistas. É neste ponto que, de certa forma, torna-se uma das bandeiras do governo a política de valorização do salário mínimo, aprofunda-se o programa Bolsa-Família e há discussões em torno de um conjunto de políticas de promoção do desenvolvimento da infra-estrutura, e do desenvolvimento regional, o que depois viria a ser chamado de Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). A evolução positiva do emprego e a recuperação da renda no mercado de trabalho repercutiram fortemente na renda das famílias, afetando positivamente o nível e a estrutura de consumo destas. Isto contribuiu fortemente para a ampliação da Classe C, ou baixa classe média, que foi tendo cada vez mais importância também como base de enorme prestígio e popularidade do Presidente Lula em seu segundo mandato (CESIT, 2010).

No período pertencente ao segundo mandato do Governo Lula o mercado de trabalho apresentou índices e uma evolução ainda mais positiva do que a apresentada em seu primeiro governo, e isso aconteceu mesmo com os impactos da crise internacional.

Tabela 8. Coeficiente de Gini para o rendimento do trabalho principal (2001-2011)

Ano	Coeficiente de Gini
2001	0,552
2002	0,549
2003	0,541
2004	0,534
2005	0,529
2006	0,528
2007	0,515
2008	0,509
2009	0,502
2011	0,485

Fonte: PNAD/IBGE, captado através do Ipeadata (www.ipeadata.gov.br).

Elaboração própria

Na Tabela 8 evidenciamos o Coeficiente de Gini no Brasil entre os anos de 2001 e 2011 retirados da PNAD. O Coeficiente de Gini é uma importante medida utilizada comumente para calcular a desigualdade de distribuição de renda: É um número entre 0 e 1, onde 0 corresponderia à completa igualdade de renda (onde todos recebem a mesma coisa) e 1 corresponderia à completa desigualdade de renda (onde uma pessoa teria toda a renda e as demais nada têm).

Percebe-se que o valor do Coeficiente de Gini que era de 0,552 no ano de 2001 foi diminuindo, ou seja, a situação da distribuição de renda foi tornando-se menos desigual, chegando ao ano de 2009 no valor de 0,502 e no ano de 2011, já no governo de Dilma Rousseff, no valor de 0,485.

Esta evolução neste indicador representa uma tendência muito benéfica para o Brasil, mas deve ser vista ainda como apenas um pequeno avanço, já que o país ainda encontra-se longe de nações desenvolvidas no que diz respeito à igualdade na distribuição de renda (o Canadá por exemplo, um dos países mais desenvolvidos do mundo apresentou em 2005 um coeficiente de 0,321). Até mesmo países em desenvolvimento, como a Índia (0,368), encontram-se muito melhor que o Brasil em termos de distribuição de renda.

Segundo a Carta Social do Trabalho n. 12, este crescimento da economia brasileira e seus impactos positivos sobre o mercado de trabalho podem ser vistos como o início de um processo que poderá reverter os impactos no mercado de trabalho causados pelas políticas neoliberais da década de 1990, sua consequente reestruturação produtiva, baixo dinamismo e etc. Além disso, esse processo deve reduzir as consequências ruins que vinham sendo vistas como resultado de 25 anos de estagnação do PIB e também poderá amenizar os problemas resultantes da nossa situação do mercado de trabalho, histórica e estruturalmente marcada pela informalidade, precariedade e baixos salários (CESIT, 2010).

Estas políticas de regulação do trabalho - ou simplesmente estas medidas utilizadas pelo governo Lula, para que se conseguisse uma melhoria significativa do mercado de trabalho durante este período – serão tratadas um pouco mais a fundo no capítulo 3 desta monografia. Além disso haverá a formulação de uma crítica às inúmeras pesquisas que estão sendo feitas nestes anos pós-governo Lula. Estas pesquisas formulam a tese de que aspectos focalizados, como as políticas de transferência de renda aos mais pobres, do governo Lula são as principais responsáveis pelos avanços socioeconômicos trazidos com este governo. Traremos uma visão crítica a esta análise, tentando evidenciar que diversos avanços sociais e outros importantes para a diminuição das desigualdades, vêm de avanços trazidos na própria economia e em setores como o mercado de trabalho, e não apenas em consequência da utilização destes programas extremamente focalizados de transferência de renda.

CAPÍTULO 3 – POLÍTICAS PÚBLICAS, REGULAÇÃO E O PAPEL DAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS NO MERCADO DE TRABALHO E NA REDUÇÃO DA DESIGUALDADE.

Como vimos na primeira seção do Capítulo 2, a evolução positiva do mercado de trabalho brasileiro durante o governo Lula não deve ser vista apenas como consequência simples da dinâmica econômica e da mudança no ambiente político trazido com este novo governo.

É necessário dar atenção especial à contribuição das políticas públicas, da regulação social do trabalho, do papel das instituições públicas e da atuação sindical, neste contexto de evolução positiva do mercado de trabalho. O governo percebeu, de certa forma, uma necessidade de adoção de políticas que indicassem uma preocupação com os setores mais pobres da sociedade brasileira. É necessário, portanto, ser destacada a importância do arcabouço legal, das políticas públicas e do movimento sindical na recuperação do emprego formal e dos salários (CESIT, 2010).

Como vimos no primeiro capítulo deste trabalho, no que diz respeito à entrada das ideias neoliberais no país, vimos que veio com esta ideologia uma espécie de agenda de flexibilização que acabou proporcionando um conjunto de medidas pontuais que ampliaram o grau de flexibilidade do mercado de trabalho, especialmente em formas de contratação, nas condições de uso e remuneração de trabalho e etc. O governo Lula, diferentemente do que foi feito durante praticamente toda a década de 1990, aproveitou-se de um contexto de melhor desempenho da economia (e com a ajuda de instituições públicas e sindicatos) para contribuir para a inibição de fraudes, pressionando as empresas brasileiras (e mesmo as empresas internacionais localizadas no país) a contratarem os trabalhadores segundo a legislação vigente (CESIT, 2010).

Diversos são os fatores que são importantes para este processo recente de ampliação dos empregos protegidos (formalizados) caracterizado no Capítulo 2. Além da explicação advinda da dinâmica econômica apresenta-se a necessidade de se melhorar a capacidade de arrecadação do Estado (trazendo a tona problemas do setor público como o endividamento). Apresenta-se também o papel das instituições públicas encarregadas da fiscalização e do cumprimento da legislação social e trabalhista, além da formalização de empresas (geralmente micro e pequenas) que antes utilizavam trabalho informal e agora passam a contar com a formalização de seus trabalhadores (CESIT, 2010).

Mais especificamente sobre estes pontos importantes elencados, temos que o papel das instituições públicas foi, e ainda é, de extrema importância como uma forma de resistência ao processo de flexibilização (alteração da legislação trabalhista como forma de se melhorar a situação dos empregadores, piorando a situação do empregado). Enquanto na década de 1990 a tendência encontrada foi a de fortalecer a negociação direta e a solução privada dos conflitos trabalhistas, na década de 2000 percebe-se uma mudança nesta postura (inicialmente como uma forma de se melhorar a máquina arrecadatória do Estado). Diversos são os destaques de medidas do governo Lula neste aspecto: A criação da Super Receita em 2004, onde unificou-se o sistema de fiscalização previdenciária e tributária, a criação também de grupos móveis de fiscalização que serviram para que se viabilizasse programas de melhoria no mercado de trabalho, como o Plano Nacional para a Erradicação do Trabalho Escravo e etc (CESIT, 2010).

Fica claro então que o fortalecimento da capacidade de ação do judiciário trabalhista, neste contexto já apresentado de evolução extremamente positiva dos indicadores do mercado de trabalho, contribuiu bastante para a ampliação dos contratos de trabalho protegidos, o que nos evidencia uma evolução qualitativa importante dentro do mercado de trabalho.

Segundo CESIT (2010) este processo de formalização não ficou restrito apenas aos empregos, mas também as empresas. Neste período com forte ampliação da oferta de crédito e ampliação do gasto público, as empresas tiveram um estímulo adicional para se regularizarem e assim receberem acesso a créditos e participações em licitações públicas. Além disso, no governo Lula, especificamente houve uma tendência importante de aumento do emprego no setor público, o que é importante por diferentes razões: Além do simples crescimento do nível de emprego, estes cargos do setor público são relevantes na difusão de um padrão de emprego que sirva de referência na economia. Há nos últimos anos uma inflexão na estratégia no Governo Federal (antes, na década de 1990, apresentava tendência de enxugamento da máquina pública, privatizações e etc), que passa a seguir na direção da realização de concursos públicos para a recomposição de carreiras.

Como podemos ver, neste ambiente das relações de trabalho, o governo Lula abandonou de certa forma o seu objetivo inicial, do seu primeiro governo, de realizar uma plena Reforma Trabalhista e Sindical. As iniciativas do governo tomaram muito mais na forma de medidas pontuais, negociadas muitas vezes em fóruns específicos com representantes de diversos segmentos: Empregadores, empregados, instituições públicas e etc (FAGNANI, 2011). O papel dos sindicatos e da negociação coletiva mostra-se importante neste ponto de vista.

Apesar de bastante fragmentado e pulverizado, o movimento sindical tem contribuído bastante para a efetivação de direitos e na incorporação de mais trabalhadores na proteção social: A partir de 2004 as negociações começam a apresentar resultados mais promissores para os trabalhadores, como na recuperação do poder de compra dos salários e etc. Pode-se dizer que a atuação sindical ajudou a fortalecer a tendência recente do mercado de trabalho brasileiro (CESIT, 2010).

As políticas de mercado de trabalho – como o seguro-desemprego, a intermediação de mão-de-obra, qualificação profissional, etc – não tem historicamente tanta importância do ponto de vista do impacto sobre a distribuição de renda ou da estrutura ocupacional. No período entre 2004-2008 visualizou-se um aumento do número de beneficiários do seguro-desemprego (uma tendência que é bem particular da realidade brasileira). Isto ocorreu principalmente por conta do aumento da formalização, mas, ao mesmo tempo, da permanência de uma taxa de rotatividade no emprego um pouco alta (resultado da flexibilidade ainda remanescente no mercado de trabalho brasileiro, em que as empresas contratam e demitem trabalhadores de maneira muito fácil). Aumentou-se assim a quantidade de trabalhadores que cumpriam os requisitos para o seguro-desemprego, ocasionando um maior gasto por parte do governo com este programa que já tinha aumentado por conta do aumento real do salário mínimo (CESIT, 2010).

Uma das políticas mais importantes do governo Lula, e que ajuda a compreendermos a redução da desigualdade entre os rendimentos do trabalho nos dias de hoje e também toda aquela modificação na questão da renda do trabalho caracterizada no capítulo 2, é a adoção de uma política destinada a garantir aumentos reais do salário mínimo.

No ano de 2005 o Governo Federal assumiu um compromisso explícito de promover o crescimento do valor real do salário mínimo (CESIT, 2010). Faz-se prevalecer a determinação de promover a recuperação do valor real do salário mínimo que já vinha ocorrendo, de certa maneira, desde a segunda metade da década de 1990, mas ainda de forma descontínua, ao sabor de acontecimentos políticos e pressões sociais (OLIVA, 2010). Foi estabelecida como política então um sistema de reajuste anual que ao incorporar a inflação passada e adicionar a variação média do PIB nos dois anos anteriores, acabava por gerar em cada ano um crescimento do salário real na mesma medida, ou muito aproximadamente ao crescimento da economia como um todo. Houve nesta medida então uma tendência à mudança de um cenário extremamente ruim que vinha sendo trazido desde a década de 1990, como vimos, onde desde a desvalorização do Real a massa de rendimentos do trabalho foi diminuindo.

Esta política de valorização do salário mínimo foi muito importante por vários motivos. Primeiro, ela desmistificou de certa forma a ideia ortodoxa de que um aumento real do salário mínimo conduz a perdas de emprego e também a uma pressão inflacionária, além de ter também efeitos adversos principalmente para as camadas mais pobres (Neumark et AL., 2006; Firpo & Cortez, 2006 *in* CESIT, 2010). A experiência recente brasileira contradiz este postulado. Ao contrário do que pontificavam os críticos, a recuperação progressiva e sustentada do salário mínimo não afetou a estabilidade econômica. Este aumento progressivo do valor real do salário mínimo não só se revelou compatível com o controle da inflação como também contribuiu decisivamente para o processo de distribuição de renda (OLIVA, 2010).

Deve-se ter em mente que o valor do salário mínimo é muito importante em países como o Brasil, onde existem grandes quantidades de trabalhadores que recebem salários próximos deste patamar, ou então trabalhadores que utilizam o salário mínimo como uma referência para sua remuneração. O salário mínimo funciona como um farol ou um balizador para as remunerações do mercado de trabalho, o seu aumento representou então uma influência extremamente positiva nas negociações salariais (DIEESE, 2008 *in* CESIT, 2010). O salário mínimo então é basicamente um instrumento legal, que permite ao Estado contribuir para uma melhor estruturação do mercado de trabalho brasileiro (CESIT, 2010).

Além disso, a valorização real do salário mínimo no país influencia diretamente um número grande de pessoas, já que o salário mínimo é também o piso para diversas contribuições sociais feitas pelo governo. Para que se tenha uma ideia de sua importância, estima-se que 46,1 milhões de pessoas (entre trabalhadores, aposentados, pensionistas e beneficiários da assistência social) têm seu rendimento referenciado pelo salário mínimo (OLIVA, 2010). Apesar de isso significar um aumento do gasto primário do governo, percebeu-se que este aumento de despesa não comprometeu o equilíbrio fiscal e teve grande importância na expansão do consumo dos segmentos populacionais de baixa renda, mostrando o sucesso, neste caso, da opção estratégica do governo brasileiro de utilizar as políticas de renda como instrumento de distribuição de renda (OLIVA, 2010).

Temos de entender que a convergência de diversas políticas trazidas pelo governo Lula - principalmente durante o seu segundo mandato - traduziu-se em uma evolução positiva de vários indicadores sociais, principalmente no que diz respeito a diminuição das desigualdades. Através da Tabela 9 podemos ter um pouco mais caracterizada esta evolução positiva em indicadores.

Tabela 9. Pobreza no Brasil em % da População Total (2001-2009)

Ano	Pop. Pobre
2001	35,2
2002	34,4
2003	35,8
2004	33,7
2005	30,8
2006	26,8
2007	24,2
2008	22,6
2009	21,4

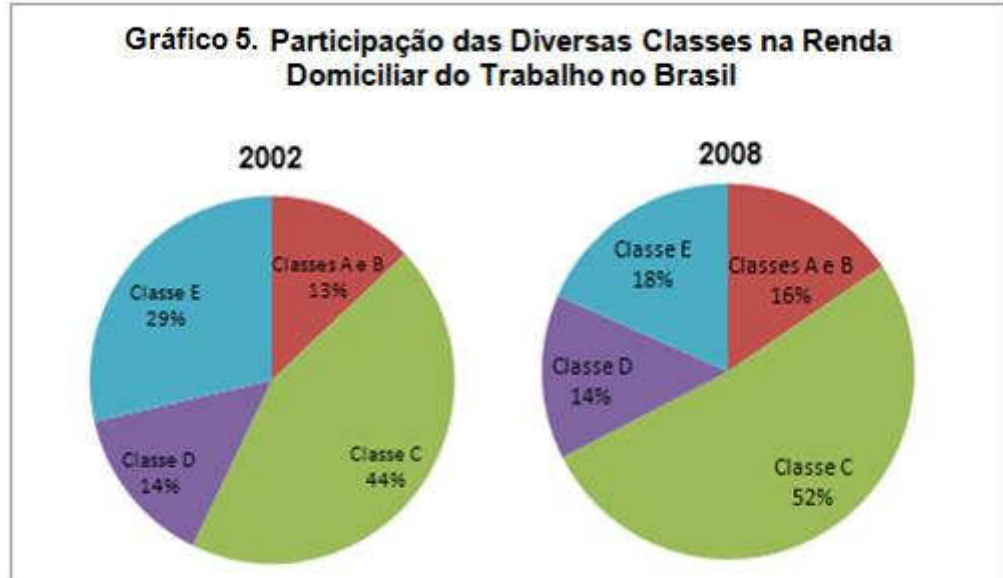
Fonte: Ipeadata, captado em OLIVA, 2010

Elaboração própria

Através da tabela podemos verificar que a partir de 2003 - ano em que se apresenta a maior proporção de população em estado de pobreza do intervalo (35,8%) – verifica-se uma tendência de queda durante todo o período da proporção de pobres no Brasil. Esta diminuição chega, em 2009, a significar uma queda de quase 15 pontos percentuais nesta proporção, um resultado extremamente significativo e importante para a verificação das melhorias socioeconômicas trazidas neste período.

É importante notarmos que mesmo na crise foi possível manter a trajetória de redução da pobreza, o que fica claro quando verificamos a diminuição da proporção de pobres entre os anos de 2008 e 2009 pela Tabela 9. Em OLIVA (2010), inclusive, indica-se em termos absolutos que, no período mais agudo da crise (entre outubro de 2008 e março de 2009), há uma redução no número de pobres que chega a 315,9 mil pessoas, uma situação que contrasta-se muito com a vivida em períodos anteriores, desde a década de 1980.

Sobre a melhoria na renda, principalmente no que tange à distribuição de renda no Brasil, podemos caracterizar este avanço através do Gráfico 1, retirado do trabalho de OLIVA (2010) onde visualizamos uma mudança significativa na participação das diversas classes na Renda Domiciliar do Trabalho. Pode-se ver que se aumentou no Brasil a mobilidade social e modificou-se significativamente a estrutura social. Percebe-se pela visualização do Gráfico 1 que houve uma expressiva migração das classes D e E para as outras, principalmente para a classe C, cuja participação, podemos ver, aumentou cerca de 17% entre 2002 e 2008.



Fonte: CPS/IBRE/FGV captado em OLIVA (2010).

No comunicado do IPEA nº 155 de setembro de 2012 há uma investigação apurada sobre as questões de desigualdade, pobreza e políticas de renda que foram feitas durante a década de 2000. Este trabalho traz resultados muito interessantes que ilustram a melhoria na distribuição de renda e na diminuição das desigualdades no Brasil, resultados estes que se assemelham aos que já mostramos neste trabalho.

Entretanto, este estudo, e também muitos outros que surgiram no final da década, trazem como tese central a hipótese de que este sucesso está atrelado, em grande parte, ao sucesso das políticas focalizadas de transferência de renda existentes no governo Lula, principalmente ao programa “Bolsa Família”. Apesar de constar na conclusão deste comunicado do IPEA a ideia de que “rendimentos do trabalho explicam 58% da queda do índice de Gini, sendo 19% dela explicada por aumentos dos benefícios da previdência social e 13% pelo Bolsa Família”, ainda assim os teóricos do IPEA, e muitos outros, privilegiam a busca pela distribuição de renda pelas vias do Bolsa Família, já que segundo estes é uma alternativa muito menos custosa para a economia como um todo⁴.

Nesta visão, difundida por estes estudos, a solução para se alcançar o desenvolvimento social se encerra apenas na focalização da ação nas pessoas que estão abaixo da “linha de pobreza”,

⁴ Nota-se aqui a dominância ainda, no campo teórico, das ideias neoliberais, que privilegiam a ação do Estado a partir de políticas extremamente focalizadas à população mais pobre.

ou seja, que recebem menos de R\$ 3,60 por dia (FAGNANI, 2011). Para estes, a erradicação da pobreza prescinde do crescimento econômico, da reposição do salário mínimo e das políticas sociais universais. Na divulgação de um dos relatórios da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) exalta-se a derrocada da pobreza e da desigualdade no Brasil, e se prega em meio a essa constatação o fato de que isso se deu graças “ao sucesso de programas como o Bolsa Família”. Esta afirmação é muito perigosa, pois não é fruto de um simples desconhecimento, é na verdade uma astuta estratégia de marketing visando transformar o “programa brasileiro” (excluindo os avanços no mercado de trabalho, na renda, na valorização do salário mínimo e etc) em uma solução para erradicação de pobreza no mundo, ou seja, visando impor a focalização das questões sociais para todos os países subdesenvolvidos, destruindo os seus sistemas de proteção social estruturados no passado (FAGNANI, 2011).

Estas visões são muito perigosas, pois demonstram uma incompreensão acerca das características do complexo sistema de proteção social brasileiro consagrado em 1988 com a promulgação da ‘Constituição Cidadã’, processo caracterizado no Capítulo 1 deste trabalho. Além desta incompreensão sobre um sistema de proteção social universalizado, a visão defendida por estes autores não levam em consideração as importantes ações do governo do ex-presidente Lula, que foram muito além do Programa Bolsa Família (FAGNANI, 2011).

Não se deve descartar a estratégia macroeconômica articulada com o desenvolvimento social e ancorada no crescimento econômico feita pelo presidente Lula: Tanto na geração de emprego e renda, na valorização do salário mínimo, quanto também em outras medidas menos ligadas ao mercado de trabalho, como o aumento do gasto social, incentivo às políticas universais, e etc. Deve-se perceber que o desenvolvimento social recente deu-se a partir de um momento onde a questão social foi eleita como um dos eixos do desenvolvimento, conjugando-se com êxito a estabilidade, o crescimento econômico, a elevação do emprego e da renda e também a inclusão social (FAGNANI, 2011).

Se tomarmos como exemplo o impacto gerado pela valorização real do salário mínimo - que como pudemos ver na seção 2 do capítulo 2 chegou a uma evolução positiva de mais de 60% de 2003 ao início de 2010, juntamente com uma extensão da cobertura social realizada pelo governo federal, em consequência da retomada do crescimento econômico, do aumento do emprego com carteira assinada e dos primeiros resultados da política de inclusão previdenciária (OLIVA, 2010) - teremos um resultado bastante significativo e que representa uma evolução

extremamente positiva para a população brasileira. Resultado este que muitas vezes é deixado de lado em detrimento da defesa das políticas de transferência de renda aos mais pobres como única via possível de diminuição das desigualdades e melhora na distribuição de renda.

Este aumento real do salário mínimo, de cerca de 60% até o início de 2010 e que seguiu em ascensão durante os primeiros anos do governo Dilma Rousseff, beneficiou, como já dissemos anteriormente neste capítulo, cerca de 46,1 milhões de pessoas, ou seja, quase 25% da população brasileira total em 2012. Este aumento no rendimento de tantas pessoas influencia diretamente na diminuição da pobreza e na melhora da condição da distribuição de riqueza. Isso porque geralmente as famílias beneficiadas com esta valorização são as mais pobres, que ganham próximo de um salário mínimo por mês, ou então as pessoas que recebem contribuições sociais (principalmente os que participam de previdência em seu regime geral, abarcando além dos trabalhadores urbanos e rurais, os autônomos, avulsos, domésticos e outros), muitas vezes excluídos das leis gerais de trabalho.

Embora os teóricos do neoliberalismo difundam amplamente que esta estratégia de diminuição da desigualdade de renda seja problemática para a economia, já que segundo estes esta valorização do salário mínimo e a ampliação da contribuição social trariam problemas graves de equilíbrio fiscal por parte do Estado, o que foi visto na experiência dos anos 2000 contradiz este postulado. Como já dissemos anteriormente, esta estratégia não afetou negativamente a economia Brasileira e nem gerou grandes problemas inflacionários, além disso, sobre o desequilíbrio fiscal apontado pelos neoliberais, este também não se confirmou, já que um aumento na formalização dos empregos e o próprio aquecimento da economia trouxe uma arrecadação fiscal mais robusta por parte do governo, fato que de certa forma contrabalanceou o aumento dos gastos do governo.

Antes de reproduzirmos estratégias de desenvolvimento teorizadas pelos economistas do chamado *mainstream*, amplamente difundidas pelas nações mais desenvolvidas do mundo e pelos órgãos internacionais mais importantes como o FMI e o Banco Mundial, devemos ter uma visão mais crítica quanto a estes postulados, analisando a realidade brasileira e os exemplos constantes que encontramos em nosso passado, quando utilizamos os ajustes recessivos determinados por estes órgãos.

Definitivamente a agenda brasileira de combate às desigualdades não é a que alguns organismos internacionais querem impor ao mundo neste momento pós-crise. O desafio

brasileiro está sendo consolidar as conquistas trazidas em 1988, juntamente com os avanços e convergências obtidos recentemente (FAGNANI, 2011). A consideração de que o sucesso recente do Brasil em melhorar sua distribuição de renda (que foi considerada uma das piores durante toda a década de 1990 e início dos anos 2000) seja resultado apenas de programas de transferência de renda é extremamente reducionista e extremamente injusta com os esforços feitos pelo governo do partido dos trabalhadores durante a década passada.

CONCLUSÃO

Para que a análise proposta sobre a evolução do Mercado de Trabalho brasileiro durante os anos do governo Lula pudesse ser feita, foi necessário um trabalho prévio de caracterização da política econômica desse governo. Esta consideração é bastante importante, principalmente porque grande parte das variáveis expostas na caracterização do mercado de trabalho são explicadas graças à política e a conjuntura econômica do determinado período considerado. Além disso, foi possível retratarmos, a partir desta caracterização, as duas fases do governo Lula, divididas entre os seus dois mandatos, que explicam as diferentes maneiras com a qual este governo enfrentou questões importantes na agenda política e econômica nacional.

Vimos que na primeira metade do governo Lula a política enquadrou-se no chamado "Ajuste Necessário". Realizou-se o estabelecimento de um ajuste macroeconômico estruturado: Pelo lado monetário o governo manteve sua preocupação com o controle da inflação, e no âmbito fiscal houve a preocupação de um aumento da meta do resultado primário, sinalizando aos mercados e agentes um comprometimento do governo com o equilíbrio. Esta política econômica pouco se modificou em relação ao que já vinha sendo feito pelo governo do presidente Fernando Henrique Cardoso a partir de 1999, e esta combinação já havia se mostrado insuficiente para a promoção da estabilidade macroeconômica. Podemos dizer que neste período, entre 2003-2005, o governo Lula apresenta uma posição conservadora sobre o potencial de crescimento da economia, com ações que apontavam para uma conformidade com as medidas neoliberais que vinham sendo tomadas desde o início da década de 1990 no país.

Mudanças internas dentro do governo, o próprio esgotamento da visão neoliberal e também a crise política gerada pelo "fantasma da não-reeleição" e pelo estouro do "mensalão", acabaram por fazer com que houvesse uma mudança na forma pela qual o executivo federal passou a enfrentar os problemas que se colocavam presentes na realidade brasileira. No período que vai de 2006 a 2010 assiste-se, segundo FAGNANI (2011), à consolidação de programas como o Bolsa Família, em conjunto agora com uma retomada no processo de consolidação das políticas universais que se iniciou em 1988, com a promulgação da "Constituição Cidadã". A chamada visão desenvolvimentista vai ganhando força, hegemonia e ressurge, de certa forma, combinando diversos argumentos: Utilizando-se medidas temporárias para que se acelerasse o crescimento e elevasse o potencial produtivo do país, priorizando-se a aceleração do

desenvolvimento social e o aumento do investimento, principalmente o investimento público, recuperando o papel do Estado no planejamento econômico de Longo Prazo.

Esta hegemonia da visão desenvolvimentista apoiou-se fortemente na volta do crescimento econômico, já a partir de 2004. Este crescimento econômico iniciou-se como resultado do aumento das exportações, graças ao aumento do preço das commodities e do efeito-china. As novas ações do governo serviram para que o crescimento econômico pudesse se sustentar de uma maneira mais estruturada a partir deste momento. A partir de 2008, quando explode a crise financeira internacional, mostra-se ainda mais esta faceta desenvolvimentista do governo brasileiro. Houve uma sequência de ações sem precedentes na história do Brasil, onde o governo utilizou-se de medidas monetárias e fiscais anticíclicas com o pretexto de que se recuperasse rapidamente o nível de atividade econômica que estava sendo alcançado antes disso.

A partir da consideração destes diferentes aspectos sobre a política econômica e do próprio "resultado" econômico entre os anos de 2003 e 2010, foi possível desenharmos um quadro mais claro, para que a análise sobre os indicadores do mercado de trabalho fosse feita de maneira mais completa.

Na análise dos principais indicadores referentes ao mercado de trabalho no Brasil durante a década de 2000 pudemos ver algumas tendências que se mostraram importantes para este mercado no período. O primeiro destaque dado é o da evolução positiva na taxa de desemprego. Essa evolução torna-se bastante explícita quando visualizamos a evolução da taxa de desemprego aberto nas regiões metropolitanas de acordo com a PME/IBGE.

A taxa de desemprego nas regiões metropolitanas tem uma trajetória decrescente no período de 2003 a 2010, principalmente a partir de 2006. Inclusive percebemos uma pequena piora entre os anos de 2008 e 2009, em função da crise financeira internacional, que trouxe conseqüências ruins para praticamente todos os países do mundo. Esta situação, porém, não se prolongou como pudemos ver na seção 2.2, já que no ano de 2010 a taxa de desemprego nas regiões metropolitanas já estava em um nível de 7%, taxa mais baixa encontrada no período.

Outra tendência importante no mercado de trabalho que constatamos através de alguns dados foi a evolução positiva no incremento do trabalho formalizado no país. Podemos indicar este

crescimento na formalização através da evolução do estoque de empregos formais no Brasil durante o período considerado.

Podemos ver a partir dos dados explicitados na seção 2.2 que houve um incremento de cerca de 10 milhões de empregos formais no Brasil entre os anos de 2003 e 2009. Um número bastante significativo já que os empregos formais trazem uma maior segurança e uma maior estabilidade para os trabalhadores brasileiros. Além do crescimento do estoque de empregos formais, outras variáveis também serviram para que visualizássemos o processo de formalização do mercado de trabalho durante o governo Lula. Uma delas é a evolução do número de trabalhadores com carteira assinada, que teve um crescimento de cerca de 40%, muito maior do que a evolução dos trabalhadores sem carteira, ou mesmo os trabalhadores por conta própria neste período.

Vimos na seção 2.1 e também no capítulo 3 que o crescimento da formalização refletiu em grande parte, além do crescimento econômico, a importância das políticas de regulação do trabalho: Desde medidas de combate ao trabalho forçado e ao trabalho infantil, até mesmo à política de valorização do salário mínimo (KREIN, 2012).

É exatamente na política de valorização do salário mínimo e na evolução positiva da renda do trabalho que se concentra a outra tendência importante que pode ser caracterizada nos anos do governo 'petista'. Sobre o salário mínimo podemos perceber a existência de uma valorização real desta renda durante o período. Levando em conta os dados explicitados no trabalho fica clara a evolução extremamente positiva no valor real deste rendimento até o início de 2010, principalmente a partir de 2006, que é quando – como vimos – as medidas desenvolvimentistas do governo Lula começam a ser pensadas e estruturadas dentro de seu governo. É importante ressaltarmos também que, como vimos também durante o trabalho, esta tendência continua e até se intensifica no governo Dilma Rousseff (a partir de 2011).

A política de valorização do salário mínimo, juntamente com o processo de formalização do emprego, não foram prejudiciais para a economia brasileira no sentido de criar desequilíbrios fiscais, como pensavam os teóricos do neoliberalismo. Em países como o Brasil a importância destas políticas são ainda maiores, pois, como vimos, existem grandes quantidades de trabalhadores que recebem salários próximos deste patamar, ou então trabalhadores que utilizam o salário mínimo como uma referência para sua remuneração. O salário mínimo funciona como um farol ou um balizador para as remunerações do mercado de trabalho, e o seu

aumento representou então uma influência extremamente positiva nas negociações salariais (DIEESE, 2008 in CESIT, 2010).

Parte desta influência se viu no aumento da renda do trabalho durante o governo Lula. Podemos ilustrar esta situação se retomarmos alguns dados explicitados na seção 2.2 onde mostramos a evolução da renda domiciliar *per capita* durante seus dois mandatos.

Percebe-se através desta análise que a renda domiciliar *per capita* tem uma evolução positiva já a partir de 2003, no primeiro ano do governo Lula, muito provavelmente em função do crescimento econômico. Este incremento é intensificado a partir de 2006 quando se iniciam as políticas de valorização do salário mínimo e outras de caráter mais desenvolvimentista. Percebe-se também através dos dados apresentados que nem na crise a renda domiciliar *per capita* parou de crescer, embora este crescimento tenha sido um pouco menos expressivo.

Esta valorização real do salário mínimo e principalmente a evolução positiva na renda do trabalho durante este período foram as principais responsáveis, além do retorno do crescimento econômico e da criação de novos empregos, por uma diminuição das desigualdades no país durante este momento. A melhora neste sentido pode ser vista através da queda do Coeficiente de Gini, que de 2003 para 2010 caiu de 0,541 para 0,485, evidenciando uma melhora na distribuição de renda interna do país. Além dessa queda, podemos caracterizar esta situação através da rerepresentação da evolução das pessoas pobres no país, já explicitada no capítulo 3, que mostra uma diminuição de cerca de 36 para quase 21 no percentual da população pobre no Brasil.

Apesar de existirem alguns trabalhos que, de certa forma, “ignoram” este fato - colocando como ponto central da política de combate à desigualdade do governo Lula apenas os programas de transferência de renda aos mais pobres, como o Bolsa Família - devemos ter em mente que não foram apenas estes programas que consolidaram uma queda na desigualdade de renda no Brasil durante o governo Lula. Esta é uma visão um tanto quanto injusta, pois desconsidera importantes ações deste governo, amplamente discutidas durante este trabalho, que contribuíram fortemente para a composição deste quadro. Ignora-se a estratégia macroeconômica, articulada ao desenvolvimento social e ancorada no crescimento econômico, feita por este governo principalmente no segundo mandato, além das inúmeras melhorias trazidas no mercado de trabalho brasileiro que corroboram com a diminuição da pobreza e melhoria na distribuição de renda do país.

Mostra-se extremamente necessário, neste momento posterior de análise aos aspectos trazidos com o governo Lula, a consideração da inflexão política e econômica trazida entre os seus mandatos. É a partir desta consideração que conseguimos enxergar os avanços e a reestruturação das conquistas trazidas em 1988, que voltam à agenda brasileira a partir de 2006 e que permitem a modificação e o avanço destas questões sociais e econômicas no horizonte brasileiro. O desafio brasileiro está sendo consolidar as conquistas trazidas em 1988, juntamente com os avanços e convergências obtidos recentemente (FAGNANI, 2011).

A experiência de crescimento econômico e desenvolvimento social que vimos durante os anos analisados por este trabalho devem nos servir de exemplo para ações e medidas futuras em nosso cotidiano e na nossa realidade. O governo Lula, de certa forma, nos mostrou que seguir uma estratégia desenvolvimentista de condução da economia não traz necessariamente problemas graves de equilíbrio fiscal do Estado, como os adeptos da visão neoliberal pregavam. Pelo contrário, o que pôde ser visto durante este governo foi uma melhora significativa da situação do mercado de trabalho brasileiro e, em conjunto com outras medidas importantes, uma evolução extremamente positiva dos índices que caracterizam as desigualdades e a distribuição de renda do país.

Negar estes avanços, segundo BRAGA (2012), é um equívoco grande. Porém não se deve acreditar que as questões do subdesenvolvimento deixaram de ser importantes no país. Uma grande parte da população brasileira vive ainda sob condições graves de miséria, pobreza, desemprego estrutural e etc. Por isso é importante a consideração dos problemas brasileiros através de uma nova interpretação, que leve em conta o contexto político-econômico do país neste momento e também às políticas públicas em geral, para que possamos desenhar um novo padrão de desenvolvimento brasileiro, a partir da ampliação da geração de progresso técnico no país, do aprofundamento do processo de democratização, do enfrentamento das desigualdades regionais, da criação de um sistema financeiro que seja voltado às políticas de desenvolvimento, e etc.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARBOSA, N.; SOUZA, J. A. P. *A inflexão do governo Lula: política econômica, crescimento e distribuição de renda*. In: GARCIA, M. A.; SADER, E. **Brasil, entre o passado e o futuro**. São Paulo: Boitempo/Fundação Perseu Abramo, 2010.

BRAGA, José Carlos. *O subdesenvolvimento e o Estado no Brasil*. Caderno Temático I – Política Social e Desenvolvimento: O Brasil entre dois projetos. 2012. Disponível em: <<http://www.politicasocial.net.br/index.php/caderno/caderno-tematico1/141-caderno-1-braga.html>> Acesso em: 29 nov 2012.

CARNEIRO, R. *A supremacia dos mercados e a política econômica do governo Lula*. Política Econômica Em Foco, Campinas, v.7, 2006.

CESIT. *Trabalho no Governo Lula: Uma Reflexão sobre a Recente Experiência Brasileira*. In: Carta Social e do Trabalho, n. 12. Campinas: IE/UNICAMP, outubro a dezembro de 2010. (ISSN 1980-5144)

DIEESE. *A situação do trabalho no Brasil na primeira década dos anos 2000*. Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos – São Paulo: DIEESE, 2012.

FAGNANI, E. *A política social do governo Lula (2003-2010): perspectiva histórica*. In: Texto para Discussão, n.192. Campinas: IE/UNICAMP, junho de 2011. (ISSN 0103-9466)

_____. *Notas sobre o desenvolvimento social recente no Brasil*. In: Texto para Discussão, n,198. Campinas: IE/UNICAMP, novembro de 2011. (ISSN 0103-0466)

_____; BRAGA, José Carlos de Souza (orient.). *Política social no Brasil (1964-2002): entre a cidadania e a caridade*. 2005. 614p. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia, Campinas, SP. Disponível em: <<http://libdigi.unicamp.br/document/?code=vtls000364931>>. Acesso em: 10 mai 2012.

IPEA. *Comunicado do Ipea nº 155: A Década Inclusiva (2001-2011): Desigualdade, Pobreza e Políticas de Renda*. 25/9/2012. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/comunicado/120925_comunicadodoipe_a155_v5.pdf Acessado em: 30 out 2012

_____. *Comunicado do Ipea nº 156: PNAD 2011: Primeiras Análises sobre o Mercado de Trabalho Brasileiro*. 11/10/2012. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/comunicado/121011_comunicadoipea156.pdf Acessado em: 01 nov 2012

KREIN, José Dari; SANTOS, Anselmo Luis dos; NUNES, Bartira Tardelli. *Trabalho no Governo Lula: avanços e contradições*. In: Texto para discussão, n. 201. Campinas: IE/UNICAMP, fevereiro de 2012. (ISSN 0103-9466)

MENDONÇA, Sérgio E. A. *Perspectivas do mercado de trabalho para os próximos anos*. In: http://www.ipea.gov.br/pub/bcmt/mt_22c.pdf (Acesso em: 21/8/2012).

OLIVA, Aloízio M. *As bases do novo desenvolvimentismo no Brasil: análise do governo Lula*. 2010. 509 p. Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia, Campinas, SP. Disponível em: < <http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=000794314&fd=y>>. Acesso em: 3 out 2012.

PAULANI, Leda Maria. *A redução da desigualdade e os projetos em disputa*. Caderno Temático I – Política Social e Desenvolvimento: O Brasil entre dois projetos. 2012. Disponível em: < <http://www.politicasocial.net.br/index.php/caderno/caderno-tematico1/138-caderno-1-leda.html>> Acesso em: 29 nov 2012.

PRATES, D. M. & MARÇAL, E. F. (2008). *O papel do ciclo de preços das commodities no desempenho recente das exportações brasileiras*. Revista Análise econômica, 26:163–191.

SAVARESE, Maurício. *Ministro mais poderoso de Dilma, Palocci tem histórico de escândalos*. Disponível em: < <http://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2011/05/16/ministro-mais-poderoso-de-dilma-palocci-tem-historico-de-escandalos.htm> > Acesso em: 1 nov 2012.

SERRANO, Franklin e SUMMA, Ricardo. *Política Macroeconômica, crescimento e distribuição de renda na Economia Brasileira dos anos 2000*. In: Observatório da economia global. Textos Avulsos, nº 6. Março, 2011.

SINGER, A. *Raízes Sociais e Ideológicas do Lulismo*. In. Novos Estudos. CEBRAP, n. 85. 2009.

TONI, Miriam De. *Precarização do trabalho: Avaliando a deterioração do mercado de trabalho na Região Metropolitana de Porto Alegre*. In: Ensaios FEE, v. 28, Número especial. Introdução.